UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação

ABANDONO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

(Versão Final)

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de mestre em Administração Educacional e Regulação da Educação, orientada pela Professora Doutora Cristina Stanca Sin

Adulai Baldé, nº 22210539

2026

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Mestrado em Administração Educacional e Regulação da Educação

ABANDONO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

(Versão Final)

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no dia 27 de março de 2026, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº21/2026 de 09 de Janeiro de 2026, com a seguinte composição:

Presidente: Profª. Doutora Elsa Maria Bacala Estrela

Arguente: Profª. Doutora Joyce Cristina Dos Santos Aguiar

Orientadora: Profª. Doutora Cristina Stanca Sin

Adulai Baldé, nº 22210539

2026

“Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros, aprender junto das nossas crianças e nas experiências dos outros. Aprender sempre! ”

Amílcar Cabral

Agradecimentos

Agradeço a Allah, o Todo-Poderoso, pela bênção da vida e pela proteção constante que sempre me concedeu.

Aos meus pais, manifesto a minha profunda gratidão por me terem trazido ao mundo e por cuidarem de mim com dedicação, permitindo-me tornar-me na pessoa que hoje sou.

Endereço um agradecimento especial à minha esposa, que tem sido um alicerce indispensável neste percurso.

Para toda a família, com especial deferência ao meu tio, Carlos Mussa Só, pelo apoio incansável e pela permanente disponibilidade ao longo deste percurso.

Agradeço a Idjato Djaló Biaguê e a Júlio Biaguê pelo generoso acolhimento, estendendo um agradecimento adicional a este último pela diligente condução de todo o processo relativo à minha candidatura e integração.

Expresso ainda o meu especial reconhecimento à minha orientadora, Professora Doutora Cristina Sin, pela sua paciência, pela atenção prestada a cada um dos meus inúmeros e-mails e pela forma simultaneamente humilde e sábia com que me tem orientado.

À Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, deixo o meu profundo agradecimento, bem como a todos os meus professores, com especial destaque para a Diretora do Curso Professora Doutora Elsa Maria Bacala Estrela.

Aos entrevistados, manifesto sincera gratidão pela disponibilidade demonstrada.

Aos colegas de turma, especialmente Cristina Ribeiro, agradeço o apoio incondicional que foi determinante para a minha adaptação.

Resumo

O presente estudo pretende analisar o abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal, procurando compreender as suas causas e consequências. Apoia-se numa abordagem qualitativa, através da entrevista semiestruturada a 13 participantes guineenses, dos quais nove abandonaram os estudos e quatro estão em risco de o fazer. Os resultados evidenciam fatores económicos, socioculturais, académicos e institucionais. Destacam-se obstáculos burocráticos, dificuldades de adaptação ao sistema de ensino devido às diferenças curriculares e pedagógicas, fraco domínio do português académico, isolamento social, discriminação racial, necessidade de conciliar estudos e trabalho e propinas elevadas. As consequências incluem traumas psicológicos, dificuldades de integração no mercado de trabalho qualificado e interrupção prolongada do curso. Os dados são analisados, comparados e confrontados com a literatura existente. Conclui-se que o abandono não resulta de falta de interesse ou dedicação, mas de insuficiência de apoio institucional, financeiro e emocional. Recomenda-se a implementação de políticas públicas mais justas, equitativas e consistentes, capazes de mitigar o fenómeno e estimular a permanência nas universidades.

Palavras-chave: Ensino superior, estudantes guineenses, mobilidade internacional, causas do abandono, consequências do abandono.

Abstract

The present study aims to analyse the dropout of Guinean students in higher education in Portugal, seeking to understand its causes and consequences. Supported by a qualitative approach, it employs semi-structured interviews with 13 Guinean participants, nine of whom dropped out of their studies and four who are at risk of doing so. The results highlight economic, sociocultural, academic, and institutional factors. Bureaucratic obstacles, difficulties in adapting to the education system due to curricular and pedagogical differences, limited proficiency in academic Portuguese, social isolation, racial discrimination, the need to balance studies and work, and high tuition fees stand out. The consequences include psychological distress, difficulties integrating into the qualified labour market, and prolonged interruption of the academic path. The data is analysed, compared, and contrasted with the existing literature. It is concluded that dropout does not result from a lack of interest or commitment but from insufficient institutional, financial, and emotional support. It is recommended that more just, equitable, and consistent public policies be implemented to mitigate the phenomenon and encourage students to remain in higher education institutions.

Keywords: Higher education, Guinean students, international mobility, causes of dropout, consequences of dropout.

Abreviaturas e Sigla

CPLP – Comunidade dos países de Língua Portuguesa

EG – Estudantes Guineenses

ES – Ensino Superior

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana

IES – Instituições de Ensino Superior

IU – Instituições Universitárias

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SE – Sistema Educacional

Índice

INTRODUÇÃO 10
1 MOBILIDADE ESTUDANTIL DE ÁFRICA PARA PORTUGAL 16
Estudantes oriundos dos PALOP no Ensino Superior em Portugal 16
Vivências e obstáculos dos estudantes guineenses em Portugal 20
2 ABANDONO: REVISÃO DE LITERATURA 28
Conceito do abandono 29
Causas do abandono 32
Consequências do abandono 36
Políticas educacionais 40
3 METODOLOGIA 44
Contextualização da pesquisa e questões de investigação 44
Abordagem metodológica 44
Justificação da metodologia 45
Metodologia científica 46
Técnica de recolha de dados 48
Análise dos dados 52
4 RESULTADOS 55
Razões para escolher Portugal 55
Barreiras económicas e financeiras 57
Barreiras de integração sociocultural 63
Barreiras académicas 66
Falhas institucionais e políticas públicas 69
Motivação e persistência 72
Impacto do abandono 76
Sugestões para evitar o abandono 80

5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS 82
Implicações práticas e políticas 86
CONCLUSÃO 89
Referências 91

Índice de Tabelas

Tabela 1 Inscritos em situação de mobilidade de grau, por país de ensino secundário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2013/2014 e 2023/2024……..22

Tabela 2 Matriz de categorização dos participantes……....52

Tabela 3 Caracterização dos participantes quanto ao género e à situação académica.....52

Tabela 4 Frequência de codificações por tema e categorias……..…54

INTRODUÇÃO

Atualmente, o abandono no ensino superior (ES) representa uma ameaça à qualidade e à estabilidade dos sistemas educacionais, com especial destaque no seio da comunidade académica. De modo geral, o abandono acarreta efeitos imediatos na vida do estudante, compromete a credibilidade das instituições de ensino superior (IES) e prejudica o progresso socioeconómico dos países.

As sociedades contemporâneas demonstram crescente preocupação com a educação, dada a sua relevância para a consciencialização humana. A educação é tida como alicerce do saber, permitindo aos indivíduos adquirir conhecimentos e competências para responder às exigências do mundo atual. A crescente demanda por quadros qualificados com formação superior, aptos a enfrentar os novos desafios do mercado, torna cada vez mais necessário o ingresso de jovens no ensino superior. Este, por sua vez, orienta-se por uma perspectiva investigativa que visa à produção de conhecimento e ao desenvolvimento do pensamento crítico. No entanto, esse objetivo nem sempre é alcançado, devido a múltiplas razões. Quando o estudante não consegue concluir o ES, essa situação é classificada como abandono, cujas consequências afetam o estudante e o país que nele deposita esperanças.

Tal temática tem sido objeto de debates em diversos meios de comunicação social, em virtude da sua crescente incidência, a qual tem gerado certa inquietação social. Essa apreensão justifica-se pelo facto de que os efeitos do abandono repercutem diretamente sobre os membros da sociedade. A insuficiência académica pode comprometer a capacidade do indivíduo de discernir entre direitos e deveres, resultando em significativas dificuldades de integração social. No plano profissional, o indivíduo que não dispõe de uma formação sólida tende, frequentemente, a enfrentar grandes obstáculos para obter um emprego de qualidade, cuja exigência, por norma, recai sobre qualificações reconhecidas (Santos et al., 2022).

O abandono dos estudantes provenientes de países pobres, como a Guiné-Bissau, constitui uma realidade crescente e alarmante. Esta situação acarreta consequências incalculáveis, representando um prejuízo para a família do estudante, para o próprio estudante, bem como para o país de origem, a Guiné-Bissau, e o de acolhimento, Portugal. Tal situação intensifica as preocupações em torno do fenómeno, ameaçando a esperança da classe estudantil guineense no estrangeiro. Por essa razão, impõe-se a necessidade de um estudo que vise compreender as causas e consequências do abandono.

O foco nos estudantes guineenses (EG) em Portugal justifica-se pelas características singulares da Guiné-Bissau, marcadas por especificidades históricas, sociais e culturais. A relação histórica com Portugal, forjada pela colonização e por parcerias educacionais, influencia diretamente a mobilidade académica e os desafios enfrentados por esses estudantes. O sistema de ensino fragilizado e as dificuldades socioeconómicas acentuam as expectativas sociais. Do ponto de vista metodológico, o estudo de um grupo específico permite uma análise mais aprofundada das causas e consequências do abandono, possibilitando a formulação de soluções mais adequadas às suas necessidades.

Este trabalho investiga a problemática do abandono entre os estudantes guineenses. A Guiné-Bissau é um país com uma reduzida percentagem de quadros superiores, tendo em conta a sua população atual, estimada em aproximadamente dois milhões de habitantes. Sendo uma nação pobre, com um sistema educacional (SE) debilitado, os estudantes guineenses não desistem facilmente, persistindo na busca por melhores oportunidades que viabilizem a concretização dos seus sonhos, os quais passam, invariavelmente, pela formação superior.

Devido ao fraco nível de ensino local, às condições sociopolíticas e económicas e à pobreza generalizada – aliados à esperança de novas oportunidades de empregabilidade – muitos cidadãos guineenses, após concluírem o ensino secundário ou a licenciatura, procuram concretizar o sonho de estudar em países com sistemas de ensino mais avançados. Para isso, contam com o apoio de amigos e familiares, com recursos próprios ou com bolsas de estudo atribuídas por governos ou instituições.

Na busca por um sistema educacional estável e moderno, Portugal emerge como o destino preferencial dos estudantes guineenses para o prosseguimento da formação superior. Essa escolha assenta-se na proximidade linguística, na qualidade do ensino, no prestígio do diploma português no mercado de trabalho e na possibilidade de melhores oportunidades profissionais no futuro (Doutor & Alves, 2020; Alves & Iorio, 2021; Larbi & Fu, 2017, como citado em Doutor, 2024, p. 3). Infelizmente, nem sempre esse sonho se concretiza, e muitos desses estudantes, por diversas razões, acabam por abandonar a formação.

Segundo Da Cunha (2024), o abandono pode ser compreendido como um fenómeno social que resulta na desistência do estudante no ES, motivada por variados fatores. As suas consequências impactam tanto o contexto profissional quanto o social do indivíduo. Trata-se, pois, de um problema que afeta o sistema de ensino – em particular as instituições de ensino

superior – e envolve estudantes que, por razões diversas, desistem dos estudos, gerando prejuízos pessoais, familiares e nacionais.

O abandono tem sido uma preocupação global, envolvendo governos, instituições de ensino, famílias e professores (Casanova, 2018; Casanova et al., 2021). Algumas políticas educacionais são orientadas para o combate a esse fenómeno, visando garantir o desenvolvimento sustentável de países democráticos e tecnologicamente avançados, na medida em que a educação constitui um dos pilares do crescimento económico.

A sociedade manifesta crescente ceticismo, dado que a questão carece de explicações e soluções plausíveis e, em função disso, alimenta expectativas quanto às formas de mitigar o problema. Com efeito, as causas e consequências do abandono estão condicionadas pelo contexto, pelas especificidades dos estudantes que abandonam e pelos ambientes sociais e académicos em que se inserem.

O Decreto n.º 38/78 estabelece o Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau. O Acordo Geral de Cooperação e Amizade e o Acordo de Cooperação Científica e Técnica preveem expressamente o acesso de nacionais guineenses aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional, bem como a estágios profissionais em organismos públicos e privados. Ademais, o referido Decreto, no seu artigo 2.º, alínea a), determina a atribuição de bolsas de estudos universitários.

Ao analisarmos o abandono e os problemas que acarreta – como o prejuízo ao próprio estudante, o desperdício do investimento realizado, as dificuldades na gestão académica e os danos ao país – torna-se imperativo o estudo desse fenómeno, sobretudo numa era em que o mundo exige cada vez mais competitividade e conhecimento social (Ditutala, 2015).

Conforme apontam as fontes bibliográficas consultadas, nos últimos anos Portugal tem registado um número recorde de candidaturas ao Ensino Superior (ES), considerando o número de estudantes que anualmente procuram e se inscrevem nas instituições do ensino público ou privado. Para Silva (2024), “esse fenômeno é muito frequente principalmente nas sociedades em vias de transformação. Sociedade como a Guiné-Bissau, um país que configura nos grupos dos países mais pobres do mundo ” (p. 6).

Segundo Costa et al. (2014):

> Não é menos certo, porém, que a formação de nível superior tende, hoje em dia, a deixar de representar sobretudo um símbolo de status reservado a uma minoria extremamente reduzida da população, para se construir numa aquisição certificada de conhecimentos e competências de alta qualificação, acionáveis nas várias esferas da vida (nomeadamente profissional, cultural e cívica) por um conjunto cada vez mais alargado de pessoas. (p. 5)

O aumento no número de estudantes, cada vez mais diversificados e, inclusive, oriundos de meios mais desfavorecidos, tem igualmente contribuído para o crescimento do abandono escolar (Almeida et al., 2012).

Os efeitos do abandono tornam-se mais visíveis na idade adulta do indivíduo e também se fazem sentir na sociedade em que este está inserido. Para o indivíduo, o abandono acarreta uma baixa qualificação, resultando em dificuldades de inserção no mercado de trabalho, insegurança laboral, níveis elevados de stresse e baixos salários, fatores que comprometem a sua qualidade de vida, restringem o aproveitamento dos tempos livres e limitam o acesso a informações e conhecimentos adequados sobre a realidade vivida (Santana et al., 2023).

O abandono tende a agravar-se progressivamente, afetando os sistemas educacionais e diminuindo o prestígio das instituições de ensino superior, que se esforçam para formar cidadãos capazes de orientar as suas vidas e contribuir para o progresso do seu país. Dessa forma, são legítimas as preocupações manifestadas pelas sociedades. Como forma de encontrar respostas, é recomendável realizar uma investigação que permita obter informações fidedignas sobre o fenómeno, bem como identificar mecanismos viáveis para aceder a dados desconhecidos que, de modo geral, são fundamentais para mitigar os riscos através de soluções consistentes.

Os desafios sociais e económicos enfrentados pelos estudantes guineenses em Portugal, nos últimos anos, nas instituições de ensino superior, têm despertado a atenção de diversos investigadores, fomentando o interesse pela sua análise e discussão.

A literatura existente, como a de Cá (2015), Doutor (2024) e Rocha et al. (2014) destacam a escassez de recursos financeiros, a ausência de apoio familiar e estatal, as dificuldades de integração e os entraves linguísticos, sobretudo com o português académico, como alguns dos principais fatores que levam ao abandono. Contudo, o presente estudo revela-se pertinente, dado que as causas e consequências deste fenómeno ainda são pouco exploradas, especialmente no contexto específico dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal.

Neste contexto, as perguntas de partida que orientam o trabalho são as seguintes: Quais são as principais causas do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal? Que consequências tem o abandono na vida dos estudantes guineenses?

Como objetivos específicos, tenciona-se conhecer as razões que levam os estudantes guineenses a escolher Portugal para estudar no ensino superior, identificar as causas do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal e analisar as consequências do abandono na vida desses estudantes.

A abordagem metodológica escolhida é de natureza qualitativa, sendo a entrevista semiestruturada a técnica selecionada para a recolha de dados. A abordagem qualitativa permite uma análise mais profunda do fenómeno, explorando concepções, vivências e comportamentos dos entrevistados em relação ao tema. A entrevista semiestruturada, por sua vez, oferece flexibilidade na recolha de dados, permitindo a obtenção de informações detalhadas sobre o abandono dos estudantes guineenses no ES em Portugal (Flick, 2013; Gil, 1991; Triviños, 1987). A seleção dos participantes foi intencional, incluindo 13 estudantes guineenses do ensino superior que ou abandonaram os seus cursos, ou ainda se encontram matriculados, mas com dificuldades. Foi ainda entrevistado um representante de associação dos EG em Lisboa.

Este estudo preenche uma lacuna na literatura sobre estudantes africanos, ao oferecer uma compreensão teórica do fenómeno no contexto migratório e lusófono. As conclusões poderão apoiar a formulação de políticas públicas voltadas aos estudantes guineenses, contribuindo para a redução do abandono e a promoção dos seus sonhos, ao mesmo tempo que abrem caminho para futuras investigações sobre outros grupos africanos.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo contextualiza a mobilidade entre África e Portugal, com foco nos estudantes oriundos dos PALOP no ensino superior em Portugal e, particularmente, nas vivências e nos obstáculos dos estudantes guineenses. O segundo capítulo faz uma revisão de literatura sobre o conceito de abandono, suas causas e consequências, bem como as políticas educacionais para o combater, de acordo com as obras consultadas. O terceiro capítulo aborda as opções metodológicas, com o intuito de explicitar o processo investigativo à luz dos objetivos delineados. O quarto capítulo apresenta os resultados alcançados através da análise dos dados recolhidos nas entrevistas com estudantes guineenses que abandonaram os cursos no ensino superior, bem como com alguns que ainda os frequentam, mas estão em risco de abandono, identificando as principais causas e

consequências do abandono e os seus efeitos na vida desses estudantes. Por fim, o último capítulo expõe a discussão dos resultados à luz da literatura e a conclusão, destacando o contributo da investigação para o conhecimento existente e indicando possíveis caminhos para estudos futuros.

1 MOBILIDADE ESTUDANTIL DE ÁFRICA PARA PORTUGAL

Estudantes oriundos dos PALOP no Ensino Superior em Portugal

Os estudantes oriundos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) são aqueles provenientes de países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Geralmente, estes alunos buscam ingressar nas universidades portuguesas com o estatuto de estudantes internacionais, através de regimes especiais ou bolsas de estudo, entre outras possibilidades. Segundo Doutor (2024), "a presença de estudantes internacionais provenientes dos PALOP no ensino superior em Portugal não é recente, muito pelo contrário. Nos últimos anos, o número de estudantes provenientes dos PALOP nas IES em Portugal alcançou um crescimento muito significativo" (p. 2).

A educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer país, independentemente da sua natureza. Ela desempenha um papel essencial no progresso individual e coletivo, fortalece a democracia, contribui para a redução das desigualdades sociais e promove a equidade. Qualquer país, seja desenvolvido, industrializado ou com avanços tecnológicos significativos ou não, deve investir na formação superior para proporcionar aos seus cidadãos os conhecimentos, as habilidades e os valores necessários.

Os regimes ditatoriais, por sua vez, restringem as liberdades, aumentam as desigualdades e a instabilidade, promovem divisões sociais para melhor controlar a população e são economicamente ineficazes, devido à corrupção, à gestão danosa dos recursos naturais e à falta de educação e qualificação da mão de obra. Esses fatores comprometem o desenvolvimento sustentável e as relações internacionais. Por essa razão, não era de se esperar grandes avanços nas cooperações, embora os PALOP tenham sido opositores e enfrentado conflitos armados pela sua independência por muitos anos.

Semedo (2010) destaca que, após o 25 de Abril de 1974, data da Revolução dos Cravos que pôs fim à ditadura do Estado Novo e iniciou a transição democrática em Portugal, foi assinado um protocolo de cooperação no domínio da educação, devido à escassez de universidades nos países membros da comunidade dos PALOP. A demanda pelas universidades portuguesas por parte dos estudantes africanos começou a se intensificar a partir dessa época.

Portugal tem sido exemplar ao apoiar esses países por meio de protocolos de cooperação assinados. "Portugal tem centrado os seus esforços de cooperação nos países que

constituíram as antigas colónias, atendendo aos laços históricos, linguísticos e culturais que os unem" (Moreira, 2005, p.125).

Esse protocolo de cooperação com os PALOP representa um grande apoio para o desenvolvimento desses países. O resultado desse apoio é a formação de muitos quadros nas IES em Portugal, que, na sua maioria, atualmente ocupam posições de destaque em seus países de origem. Apesar do avanço gradual, é possível perceber progresso em diversos setores da vida dos cidadãos desses países. A história torna-se ainda mais interessante, pois simboliza as boas relações multilaterais existentes entre esses países e Portugal.

Muitos estudantes dos PALOP escolhem Portugal como destino para seus estudos superiores por diversos motivos. Um dos principais fatores, conforme De Sousa Lima (2018), é a existência de acordos entre Portugal e os PALOP. Esses acordos abrangem regimes especiais de acesso e algumas bolsas de estudo, privilégios derivados desses acordos, dos quais os membros dessa comunidade são os mais favorecidos.

Além disso, Jardim (2013) destaca a importância da relação linguística e dos acordos de cooperação entre os países. Destaca-se, também, os regimes especiais de acesso e as bolsas de estudo oferecidas por governos e instituições, como a Fundação Calouste Gulbenkian, que garantem oportunidades exclusivas para os estudantes dos PALOP.

Além dos acordos assinados com os PALOP, que facilitam o ingresso de estudantes desses países em Portugal, é relevante observar que o Processo de Bolonha também tem desempenhado um papel importante, uma vez que permite o reconhecimento de graus portugueses no resto da Europa.

Segundo Sá et al. (2021), Portugal começou a considerar o recrutamento de estudantes internacionais como prioridade a partir de 2014, como uma estratégia nacional para a internacionalização do ensino superior. Para alinhar-se com as tendências globais e tornar o ensino superior em Portugal mais organizado e atraente, o país iniciou a adaptação ao Processo de Bolonha em 2006. "O recrutamento internacional de estudantes é, portanto, uma nova área estratégica para as instituições públicas" (Sá et al., 2021, p. 107). O Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março, estabeleceu o Estatuto do Estudante Internacional, com o objetivo principal de flexibilizar o acesso dos estudantes internacionais e permitir a cobrança de propinas diferenciadas.

Esse diploma teve impacto significativo na vida dos estudantes dos PALOP, uma vez que facilitou a mobilidade no acesso ao ensino superior. Os estudantes podem, por meio desse regime, candidatar-se às universidades portuguesas para dar continuidade aos seus estudos sem grandes obstáculos. Essa pode ser considerada uma das razões para o elevado número de estudantes dos PALOP no ensino superior em Portugal.

Segundo Sá et al. (2021), "os dados mais recentes da DGEEC, referentes a 2019/20, mostram que mais de 71% dos estudantes internacionais em Portugal são provenientes de países de língua portuguesa (Brasil, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau)" (p. 107). No entanto, foi destacado que "o passado colonial tem um papel importante quer nos fluxos migratórios, quer na organização das antigas colónias. Os laços históricos e culturais estabelecidos entre Portugal e os PALOP reforçam ainda mais a internacionalização do ensino superior português" (Mains et al, 2013, citado por Doutor, 2024, P. 3).

Conforme Semedo (2010), todos os anos, milhares de estudantes dos PALOP chegam a Portugal, com suas famílias investindo na formação superior de seus filhos como forma de melhorar sua situação social e financeira. No entanto, o ingresso no ensino superior em Portugal não é um processo fácil para muitos, embora para alguns seja uma situação natural, sem constrangimentos visíveis. Para os mais desfavorecidos, os efeitos do ingresso no ensino superior são sentidos devido aos desafios individuais, sociais e académicos, que muitas vezes dificultam a adaptação ao ambiente universitário e ao novo país. Embora os estudantes dos PALOP em Portugal tenham o objetivo de concluir seus estudos e obter um diploma superior, também buscam uma melhor qualidade de vida. No entanto, ao longo desse processo, enfrentam dificuldades de adaptação ao novo ambiente universitário, o que pode levar ao abandono dos estudos.

Portugal nunca deixou de apoiar as suas antigas colónias, mantendo sua posição no apoio ao desenvolvimento desses países em diversas áreas, apesar das crises pelas quais tem passado nos últimos tempos. Essa mudança de paradigma reflete a preocupação de Portugal com o desenvolvimento sustentável das ex-colónias.

Para Neves (2007):

> O impacto das novas demandas sobre a educação superior é sentido e equacionado de modo distinto entre os diferentes países, em virtude da história de seus sistemas de ensino, de sua organização, capacidade de reação, de mobilização de recursos e de implantação de políticas pertinentes. (p. 15)

Nessa perspectiva, cada Estado-nação lida com os desafios do ensino superior de forma única, tendo em vista que os sistemas educacionais são geralmente moldados conforme a história e a cultura interna de cada país.

Considerando que cada país possui sua própria política e economia, é natural que os interesses no ensino superior português sejam classificados de forma distinta, conforme a realidade de cada um. Os países que integram a comunidade dos PALOP apresentam, em sua maioria, sistemas de ensino instáveis e mal estruturados, enfrentando diversas dificuldades, sobretudo a ausência de uma política educacional focada no investimento na formação de recursos humanos, que é a base do desenvolvimento sustentável de uma nação.

Vale lembrar que, mesmo com o crescente interesse dos estudantes dos PALOP pelo ensino superior em Portugal, o que reflete sua motivação para prosseguir com os estudos e retornar posteriormente para contribuir com o desenvolvimento de seus países, muitos desses estudantes acabam por abandonar a formação. O foco, portanto, deve ser nas causas que motivam o abandono, visando encontrar mecanismos viáveis para reduzi-lo, protegendo as novas gerações das suas consequências.

Os estudantes dos PALOP enfrentam desigualdades no que diz respeito ao tratamento igualitário. Mesmo com o estatuto de estudantes internacionais, não recebem o mesmo tratamento especial destinado aos participantes de programas como o ERASMUS. Frequentemente, deparam-se com problemas relacionados às políticas de integração, embora o II Plano para a Integração dos Emigrantes inclua medidas para melhorar sua situação (Cá, 2015).

Partindo do princípio de que esses estudantes gozam dos mesmos direitos previstos nos acordos, é essencial que a internacionalização do ensino superior seja verdadeiramente inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham um tratamento equivalente. Embora isso não minimize as dificuldades enfrentadas por esses estudantes, pode contribuir para a criação de um ambiente académico mais equilibrado e saudável, o que, por sua vez, pode influenciar o sucesso académico. A desigualdade enfrentada pelos jovens estudantes dos PALOP é uma das diversas barreiras que eles encontram no percurso académico, sendo causada por uma série de fatores.

Diversas pesquisas sobre o tema alertam para a necessidade urgente de medidas de apoio aos estudantes dos PALOP que estudam em Portugal e enfrentam uma série de

obstáculos. Essas barreiras impactam negativamente o sucesso académico, pois, além de precisarem se adaptar a um novo país, os estudantes também precisam se adaptar a um novo sistema de ensino. As dificuldades começam desde a obtenção dos vistos de entrada e das autorizações de permanência em Portugal. Da mesma forma, questões burocráticas, como o acesso aos serviços responsáveis pela migração (AIMA, antigamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF), aos centros de saúde e a outros órgãos públicos portugueses, estão entre as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes na integração (Rocha, 2012; Vinagre, 2017, citado por Doutor, Marques & Ambrósio, 2018, p. 168).

Enfrentar essas barreiras é sempre desafiador, mesmo quando os estudantes demonstram estar motivados para os novos desafios académicos. Tais barreiras geram insegurança e desmotivação, dificultando a adaptação ao ambiente universitário e prejudicando o sucesso nos estudos.

Vivências e obstáculos dos estudantes guineenses em Portugal

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental da África. O país faz fronteira ao norte com o Senegal, a leste com a Guiné-Conacri e é banhado pelo Oceano Atlântico a oeste. Conta com uma área de 36.125 km² e cerca de dois milhões de habitantes, tendo como capital Bissau.

O ensino superior é o segredo do crescimento individual, social e económico de um país, em particular da Guiné-Bissau, um país que precisa de seguir os passos de outras nações para obter o progresso. A vantagem do ensino superior é que impulsiona a ciência e a tecnologia, o que ajuda a alcançar competências e a estimular o pensamento críticos das pessoas. Essas valências são essenciais para criar oportunidades, apesar das dificuldades encontradas.

Esta visão foi amplamente evidenciada por Amaral (2019), afirmando que, “após a realização da conferência de Jomtien, realizada pela Organização das Nações Unidas em 1990, foi redigida uma declaração mundial sobre a educação para todos, que alegava que a educação era o investimento mais importante que se podia realizar para assegurar o futuro de um país” (p. 12).

O mais relevante nesta declaração foi o sentimento deixado para as gerações de estudantes de que a educação não é apenas uma necessidade pessoal, mas sim a chave para o desenvolvimento de toda a nação. Por essa razão, os Estados devem garantir que os seus cidadãos tenham acesso à educação de qualidade. Assim, pode-se esperar resultados satisfatórios e um futuro melhor por poder incentivar os jovens nos estudos.

Estudar em países com sistemas educacionais mais avançados, como é o caso de Portugal, é o sonho de muitos jovens, em particular os guineenses. Portugal, sendo um país de língua portuguesa com laços históricos com a Guiné-Bissau, é o destino de muitos estudantes guineenses.

A cada dia, milhares de jovens de diferentes nacionalidades procuram o ensino superior, o que demostra o reconhecimento da sua importância estratégica para o progresso individual e social. A educação superior vem ganhando destaque não só para os jovens, como para os governos que consideram prioridade nas suas políticas públicas, devido ao seu papel no futuro das nações (Neves, 2007). Os resultados que a educação tem proporcionado aos países são um sinal de incentivo aos governos para investir nesta área no curto e médio prazo.

Tal como ocorre em outros países da África, os jovens estudantes guineenses, ao concluírem o 12.º ano de escolaridade, buscam novos horizontes para dar continuidade à sua formação superior. Portugal é o país escolhido para a concretização dos sonhos desses jovens guineenses. Para Silva (2024), "Portugal, desde os tempos remotos, tem registado um grande fluxo migratório de um grande número dos estudantes guineenses com a finalidade de prosseguir com os seus estudos no ensino superior daquele país" (p. 7). "[...] Nos últimos nove anos (2014-2024), tem sido verificado um alto índice de ingressos dos estudantes guineenses no ensino superior português" (Silva, 2024, p. 5).

De acordo com Doutor (2024), Angola e Cabo Verde eram os países com o maior número de estudantes no ensino superior em Portugal. No entanto, a partir do ano letivo de 2020/2021, observou-se um aumento considerável no número de estudantes da Guiné-Bissau, superando o de angolanos e cabo-verdianos. A narrativa desses autores revela o apoio que Portugal tem oferecido aos jovens guineenses para garantir-lhes acesso às IES portuguesas, além da necessidade de um investimento local no ensino superior. Contudo, é fundamental ressaltar que tanto os acordos de cooperação quanto a credibilidade das instituições de ensino

superior e dos seus diplomas são, em termos gerais, determinantes na escolha de Portugal como destino.

Além disso, conforme as literaturas consultadas, pode-se adicionar a essas variáveis o peso da cultura e da língua na escolha e adaptação desses indivíduos. Contudo, importa destacar que, quanto maior o número de inscritos, maior tende a ser também o abandono. O ingresso dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (ver Tabela 1).

Tabela 1. Inscritos em situação de mobilidade de grau, por país de ensino secundário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2013/2014 e 2023/2024

País de ensino secundário	2013/14		País de ensino secundário	2023/24	
	Total	%		Total	%
Brasil	5218	50,0	Brasil	15234	41,6
Angola	2121	20,3	Guiné-Bissau	6276	17,1
Cabo Verde	1832	17,6	Angola	5856	16,0
Moçambique	483	4,6	Cabo Verde	5144	14,1
São Tomé e Príncipe	317	3,0	Moçambique	2577	7,0
Timor-Leste	257	2,5	São Tomé e Príncipe	981	2,7
Guiné-Bissau	199	1,9	Timor-Leste	522	1,4
			Guiné-Equatorial	8	0,0

Fonte: DGEEC/MEC

DGEEC/MEC – Notas: Inscritos em mobilidade de grau que estão matriculados num estabelecimento de ensino superior português, que concluíram o ensino secundário num país estrangeiro e que têm como finalidade a obtenção de um diploma.

Não inclui inscritos em cursos em especialização tecnológica.

Não inclui inscritos da Universidade Aberta.

Não inclui inscritos em mobilidade de crédito – incoming e os inscritos da Universidade Aberta.

De acordo com os dados estatísticos da DGEEC/MEC, referentes ao ano letivo de 2013/2014, entre os países da CPLP, a Guiné-Bissau ocupava a última posição no ranking de estudantes inscritos em situação de mobilidade de grau nas instituições de ensino superior portuguesas, com 199 estudantes, o que correspondia a 1,9% do total de 10.427 inscritos. Nesta lista, o Brasil figurava na primeira posição, com 5.218 estudantes, seguido por Angola (2.121), Cabo Verde (1.832), Moçambique (483), São Tomé e Príncipe (317) e Timor-Leste (257). Comparando com os dados mais recentes, referentes ao ano letivo de 2023/2024, observa-se uma mudança significativa nesse cenário. A Guiné-Bissau, que anteriormente ocupava a última posição, passou a ocupar o segundo lugar no ranking, com 6.276 estudantes inscritos, o que representa 17,1% do total de 36.598. O Brasil manteve a liderança, com 15.234 estudantes,

seguido por Angola (5.856), Cabo Verde (5.144), Moçambique (2.577), São Tomé e Príncipe (981), Timor-Leste (522) e, por fim, a Guiné-Equatorial, com apenas 8 estudantes. O Brasil continua a ser, de longe, o país com o maior número de estudantes inscritos. Considerando que a população da Guiné-Bissau é estimada em cerca de dois milhões de habitantes, esse número revela-se particularmente expressivo.

No que diz respeito aos PALOP, em 2013/2014, Angola liderava com 2.121 estudantes, enquanto a Guiné-Bissau figurava na última posição, com os referidos 199. Já em 2023/2024, a Guiné-Bissau ascendeu ao primeiro lugar da tabela, com os expressivos 6.276 inscritos.

Esses dados reforçam a afirmação de Doutor (2024), que indicava um aumento considerável da presença de estudantes guineenses no ensino superior em Portugal.

Nesse sentido, Jardim (2013) afirma que a escolha de Portugal como destino pelos jovens estudantes guineenses está intimamente relacionada à cooperação internacional e aos acordos de amizade e cooperação entre Portugal e os PALOP, especialmente no domínio da educação. Desde o período pós-Segunda Guerra Mundial e da descolonização, Portugal tem-se empenhado em fortalecer relações de cooperação com suas antigas colónias, como a Guiné-Bissau. Um dos acordos mais significativos foi o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Estado da Guiné-Bissau e a República Portuguesa. Este acordo facilitou o acesso de cidadãos guineenses às instituições de ensino em Portugal, com o objetivo de contribuir para a formação dos quadros guineenses e para o desenvolvimento do país. Por outro lado, pode-se afirmar que "a escolha de Portugal se deve, em grande parte ao prestígio e credibilidade atribuídos às IES portuguesas nos países de origem e, portanto, à expectativa de que o diploma português lhes traga melhores oportunidades profissionais e salariais no futuro, quando regressarem" (da Palma Alves & Iorio, 2021, p. 230). "Entre esses fatores, estão, desde logo o passado histórico, a língua partilhada e ainda a presença de familiares e amigos em Portugal" (Vinagre, 2017, citado por Doutor, 2024, p. 3).

Os acordos assinados, a cultura, a língua, o prestígio das universidades, os laços históricos e as oportunidades de emprego e salário mais vantajosos podem ser alguns dos motivos que levam os guineenses a escolher Portugal para prosseguir seus estudos. Contudo, para que Portugal alcançasse tal privilégio, foi necessário investir consideravelmente na educação, especificamente no ensino superior.

De acordo com as literaturas, realizar o sonho de estudar em Portugal não é uma tarefa fácil, visto que os estudantes enfrentam inúmeros obstáculos, como dificuldades financeiras, burocracia para obter o visto de estudo, adaptação ao estilo de vida, à cultura, ao sistema de ensino, ao clima, ao alojamento, entre outros. Além disso, "[...] o estudante é forçado ao estabelecimento de novas relações sociais e a encontrar grupos de suporte afetivo e social no novo contexto de vida" (Almeida et al., 2012, p. 909). Nesse contexto, Doutor (2024) destaca que "[...] a barreira sentida ao nível do alojamento constitui outra dimensão importante na adaptação e integração social" (p. 5). Apesar disso, muitos persistem para alcançar uma formação superior e construir um futuro próspero.

Essas barreiras começam a ser sentidas já no processo de obtenção do visto de estudo na Embaixada de Portugal em Bissau, onde os estudantes enfrentam diversos problemas. Tudo se inicia no agendamento, que envolve valores significativos, difíceis de suportar. Esses valores não são exigidos pela embaixada, mas por terceiros, o que acaba atrasando a emissão do visto. Ao chegarem a Portugal, os estudantes descobrem que as propinas nas universidades estão em atraso devido à demora no início das aulas. No entanto, precisam saldar todas as dívidas para poderem acessar as plataformas digitais que possibilitam a participação nas aulas online (Doutor, 2024). Além de estarem obrigados a pagar as dívidas contraídas com as universidades, também devem quitar os valores relativos à declaração emitida pela instituição de ensino frequentada, a fim de poderem solicitar o título de residência.

O custo de vida em Portugal é bastante elevado, especialmente quando comparado com as disposições financeiras das famílias dos jovens estudantes guineenses. As propinas são altas para um jovem oriundo de uma família com meios financeiros escassos. "Tudo isto se pode agravar, ainda, se o estudante precisa, desde o início, encontrar vias de financiamento dos seus estudos como forma de não ter que adiar a sua formação" (Almeida et al., 2012, p. 909). São diversas as barreiras que os estudantes guineenses enfrentam ao longo do percurso académico. "Além disso, muitos estudantes de níveis socioeconómicos mais baixos têm frequentemente responsabilidades familiares e empregos paralelos para sustentar os estudos ou vivem longe da universidade, o que cria um desafio adicional à necessidade de melhorar o sucesso académico" (Tavares, et al., 2024, p. 18). No âmbito académico, os guineenses que chegam a Portugal enfrentam obstáculos no ensino superior devido à preparação escolar insuficiente na Guiné-Bissau, o que prejudica sua integração e sucesso académico. Alguns desses obstáculos, já identificados em estudos anteriores, ainda persistem. Como solução, as universidades

portuguesas deveriam oferecer cursos de português adaptados ao nível dos estudantes. Doutor (2024), considera que "se a proficiência linguística contribui fortemente para a adaptação a Portugal, a ausência desta competência constitui, inegavelmente, uma forte barreira" (p. 7).

De forma mais detalhada, Cá (2015) reforça a ideia de Doutor, destacando que os estudantes guineenses de ensino superior em Portugal enfrentam diversos desafios: dificuldades de integração, questões financeiras, falta de apoio do Estado guineense, a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho para cobrir as despesas, problemas de relacionamento com colegas, preparação inadequada no ensino secundário, desconhecimento do ambiente universitário e das ferramentas de apoio existentes, além das dificuldades linguísticas com o português académico.

Como solução para as duas narrativas, Doutor (2024) sugere a criação de cursos adaptados, acompanhamento, apoio financeiro e a implementação do ano preparatório como medidas que poderiam ajudar na adaptação e no sucesso acadêmico.

Existem bolsas de estudo do ES atribuídas aos guineenses por meio de acordos de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau no setor da educação. Contudo, esses estudantes não estão isentos de obstáculos ao longo do percurso académico. Segundo Doutor (2024), "[...] os montantes das bolsas de estudo, assim como os vencimentos auferidos não são, de todo, suficientes para fazer face às despesas de viver e estudar em Portugal" (p. 7). A Embaixada da Guiné-Bissau facilita o processo de admissão para estudantes residentes em Portugal, entrando em contato com a Direção-Geral de Ensino Superior. Para a pós-graduação, as candidaturas são feitas diretamente às instituições, mas as bolsas são limitadas, o que leva muitos estudantes a custear seus próprios estudos. Contudo, "muitos estudantes bolseiros da Guiné-Bissau em Portugal terminam os seus respetivos cursos, mas não regressam à Guiné-Bissau, acabando por ficar no país da formação ou até por emigrar para outros destinos" (Mendes, 2018, p. 58).

Segundo Mendes (2018), os bolseiros guineenses na diáspora afirmam que nunca foram contatados nem pelo Ministério da Educação Nacional, nem por outra entidade que represente o Estado da Guiné-Bissau em Portugal. Isso significa que, ao chegarem a Portugal, cada um se torna independente, assumindo os custos com meios próprios. Caso não consigam um emprego, terão de pedir apoio familiar ou de amigos; caso contrário, acabam abandonando os estudos. Essa situação talvez esteja relacionada ao fator conjuntural do país, devido às crises políticas cíclicas que têm afetado o funcionamento regular das instituições públicas.

Segundo Doutor et al. (2018), são tempos difíceis, pois, tendo em vista as abordagens acima, é possível compreender que os estudantes guineenses que buscam estudar em Portugal com bolsas de estudo enfrentam uma realidade muito complexa. Por isso, considera-se necessário revisar as políticas de bolsas de estudo, ajustando tanto a quantidade oferecida quanto o custo de vida em Portugal.

Vale ressaltar que, para um estudante guineense receber 1€, é necessário dispor de 650 FCFA, a moeda da Guiné. O salário mínimo na Guiné-Bissau está fixado atualmente em 50.000 FCFA, o que equivale a 76€. Esses dados ajudam a entender como é difícil para uma família sustentar as propinas, o alojamento e outras necessidades de um estudante em Portugal.

"A adaptação ao Ensino Superior pode constituir uma tarefa árdua para todos os estudantes. Na realidade, o primeiro ano do curso superior no qual ingressaram é um período crítico, dado que implica adaptação e integração num novo ambiente" (Doutor, et al., 2018, p. 174). A adaptação ao ensino superior é um desafio significativo, particularmente quando os estudantes dão os primeiros passos, pois exige integração em um ambiente completamente novo. Por isso, o acompanhamento é essencial para evitar o abandono do curso. Outro aspecto preocupante entre os bolseiros são os preconceitos sofridos nas universidades. "Na realidade, os comportamentos discriminatórios e segregacionistas de alguns colegas de turma na constituição de grupos de trabalho e a falta de apoio por parte de alguns docentes podem constituir obstáculos a integração e, naturalmente, ao sucesso académico destes estudantes" (Doutor, et al., 2018, p. 178).

Por outro lado, Valadas e Fragoso (2024) reconhecem que a presença de estudantes africanos no ensino superior tem aumentado em Portugal, apesar das barreiras encontradas nos percursos académicos, sociais e culturais, que podem influenciar na decisão final de continuar ou não os estudos. Entre essas barreiras, destacam o racismo: os estudantes africanos enfrentam dificuldades para encontrar grupos de trabalho em suas turmas, não tendo outra alternativa senão formar grupos entre si. Além disso, encontrar alojamento pode ser um problema, pois os quartos disponíveis por telefone tornam-se repentinamente indisponíveis quando os proprietários percebem a cor da pele do estudante. Outros obstáculos referem-se aos trâmites burocráticos nas embaixadas portuguesas para a obtenção de vistos de entrada.

Apesar de todos os obstáculos encontrados ao longo dos estudos no ensino superior em Portugal, os estudantes guineenses demonstram uma grande vontade de superação. Isso

transmite a ideia clara de que permanecerão firmes em busca de um futuro melhor. Contudo, hoje em dia, nem sempre podemos esperar facilidade, especialmente quando o sistema é aparentemente pouco justo e eficaz.

Todas essas dificuldades enfrentadas fazem com que o sistema se torne cada vez mais suscetível a desistências, em particular entre os estudantes guineenses. Por isso, questionamos: será que o ensino superior português é acessível e equitativo para esses jovens estudantes guineenses ou a sua permanência no sistema depende da resiliência individual?

O desafio está lançado: reduzir o abandono de estudantes guineenses no ensino superior em Portugal e, com isso, melhorar a educação no país de origem.

2 ABANDONO: REVISÃO DE LITERATURA

"O ensino superior é uma fase vital no processo educativo de um indivíduo, servindo não apenas como meio para a aquisição de conhecimentos específicos, mas também como uma plataforma para o desenvolvimento holístico" (Tavares et al., 2024, p.16). O ES cria oportunidades, impulsiona o desenvolvimento socioeconómico, fortalece a cidadania e promove a inovação. Por essa razão, qualquer sociedade que almeje ser saudável deve investir fortemente na educação dos seus membros. A formação académica representa um subsídio essencial para a independência pessoal e contribui, por meio de mão de obra qualificada, para o progresso nacional. Os autores defendem que o ES desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem tanto do indivíduo quanto da sociedade em geral. Um sistema de ensino superior consolidado contribui significativamente para o desenvolvimento social e económico dos países. A educação superior fortalece a cidadania, fomenta a inovação e impulsiona o progresso. Por conseguinte, torna-se imperioso investir em políticas educacionais que garantam o acesso e a permanência dos estudantes nesse sistema.

Segundo Tavares et al. (2023), "trata-se de um fenómeno complexo, multideterminado – influenciado por vários fatores individuais, institucionais, académicos e socioeconómicos – e com forte impacto, não só para os estudantes e instituições de ensino superior, como também para a sociedade" (p. 2). De acordo com as literaturas, os estudos apontam que o abandono é um fenómeno presente nas IES. Mas este problema nunca inibiu as IES de cumprir com as suas obrigações perante os estudantes. Araújo (2018) mostra que "às universidades competia, para além de preparar quadros superiores da burocracia do Estado, assegurar a socialização dos estudantes para que pudessem assumir as suas funções na sociedade, promover a mobilidade social e o espírito crítico dos mais aptos" (p. 9), criando, assim, condições de acompanhamento académico para estudantes com dificuldades de adaptação, contribuindo para a estabilidade do sistema. Ainda assim, o abandono permanece como um problema complexo que afeta os sistemas educacionais, pondo em causa a qualidade da sua gestão e dos seus intervenientes.

A literatura revela múltiplos estudos sobre o abandono no ensino superior e as intervenções estatais para mitigar a evolução deste fenómeno. Para Santana et al. (2023) o abandono "é um fenómeno muito falado, mas pouco estudado. Várias podem ser as razões que sustentem esta tendência, mas as consequências de abandonar a escola são a curto, médio e longo prazo, sobejamente conhecidos, embora podem ser antecipadas" (p. 44). Na ótica de Benavente et al. (1994) "é por isso que diversos autores consideram que o abandono deve ser

«prevenido» e que as intervenções prioritárias se devem centrar nos potenciais casos de abandono dos já «excluídos» mas que ainda se mantêm no «interior» do sistema" (p. 27). Já Almeida e Santos (1990) consideram que o "abandono escolar é hoje um fenómeno preocupante, tanto pela extensão que adquire, como pelas repercussões que terá na vida dos indivíduos e das sociedades" (p. 7).

Sendo um fenómeno que gera inquietação social, o abandono deve merecer a atenção de toda a classe académica, social e política, dada a sua repercussão na vida dos indivíduos e no tecido social. Apesar desta apreensão, o fenómeno continua a ser insuficientemente estudado, sobretudo se considerarmos as suas múltiplas ramificações que condicionam o desenvolvimento. A resolução passa por medidas preventivas e por intervenções orientadas, especialmente dirigidas aos estudantes em risco de exclusão. É possível compreender que o maior desafio relacionado a essa problemática reside na identificação de ferramentas eficazes que atenuem os seus efeitos e garantam que o ensino superior seja acessível e de qualidade, respeitando sempre o princípio da equidade.

Conceito do abandono

A literatura anglo-saxónica utiliza diversos termos para definir o abandono no ensino superior, todos relacionados à saída da formação sem a obtenção de diploma.

Matias (2013) considera que:

> Na literatura anglo-saxónica, a não obtenção de um diploma no ensino superior assume uma grande diversidade terminológica, tal como "*dropout",* "*nongraduation*", "*stopout*", "non-persistants", "*unsuccessfull students",* entre outros. Alguns autores incluem nesta categoria os estudantes que não procederam à reinscrição do curso há mais de um ano. Em todos é transversal, no entanto, a ideia da não persistência, no sentido de saída do programa educativo sem diploma. (p. 3)

Para Lourenço (2013) "a definição de abandono assume diversos conteúdos refletindo as diferentes preocupações e interesses dos autores que se têm dedicado ao estudo deste fenómeno" (p. 3). Por outro lado, Matias (2013) aponta que "as dificuldades em enquadrar o conceito de abandono escolar poderão advir do momento em que este ocorre e da sua conceção institucional, o que dificulta uma definição mais clara e padronizada do mesmo" (p. 3). Tal conceito torna-se ainda mais desafiador, uma vez que envolve diversos fatores, como desafios académicos, sociais e financeiros. Os motivos para o abandono variam entre os estudantes,

tornando o fenómeno imprevisível, o que justifica a necessidade de aprofundá-lo, inclusive no caso dos estudantes guineenses.

As várias definições que caracterizam o abandono são um dos fundamentos para sua consideração como um conceito polissémico, dependendo do contexto em que ocorre ou da perspectiva adotada. São diversas as interpretações sobre o abandono, contudo, "os termos utilizados para descrever o abandono escolar do ponto de vista do estudante são muitos: abandono, partida, retirada, insucesso, falta de continuidade, não conclusão" (Amaral, 2019, p. 13).

O abandono conta com múltiplas definições; uma delas é a saída do estudante da instituição universitária sem concluir o curso frequentado, sem que haja transferência para outra instituição ou curso. Para termos uma percepção mais clara do ambiente em que ocorre o abandono e das suas principais causas, é necessário distinguir entre abandono (ao final do ano letivo) e desistência (durante o ano) (Benavente et al., 1994).

Essas definições são extremamente benéficas, pois fomentam grandes discussões entre os autores sobre o tema e ajudam a encontrar instrumentos apropriados para responder às questões da pesquisa, o que torna o estudo ainda mais relevante.

> Para Alvares e Estevão (2012), o conceito de abandono pode ser percebido em duas classes distintas: Formais e Funcionais:
>
> As definições formais apoiam-se na definição legal da escolaridade obrigatória. Estas podem incluir a referência a um nível de escolaridade, mas este é habitualmente acessório: o cerne da definição está na idade ou no número de anos que o indivíduo passou integrado no sistema de ensino, estando associado à definição legal de escolaridade obrigatória. As definições funcionais, por seu turno, têm em consideração o contexto em que se processa o abandono e procuram ter em perspetiva as consequências desse abandono ao nível do trajeto biográfico futuro do indivíduo. (p. 2)

Seria interessante aprofundar mais o contexto das consequências que levam os estudantes a abandonarem os estudos, bem como expor detalhadamente suas implicações.

Apesar das diferenças entre os estudiosos na explicação do abandono no contexto social, todos são unânimes em afirmar que o abandono implica a ruptura com a instituição de ensino. Essa realidade não ocorre de maneira isolada, pois o abandono é um processo contínuo. Outro ponto relevante a ser destacado é a dificuldade de entendimento e articulação entre as partes envolvidas, no que tange às reais condições financeiras das famílias e às realidades socioculturais dos estudantes, que muitas vezes são antagonistas à cultura escolar. Pode-se

afirmar, no entanto, que a desistência do estudante ocorre quando há divergência entre o que a universidade exige e a realidade conjuntural dos estudantes (Lourenço, 2013).

O abandono é um problema de grande proporção e complexidade, cujos sinais variam conforme o contexto em que ocorre. Isso motiva os pesquisadores a buscarem, ao máximo, aprofundar as causas do fenómeno e a encontrar soluções eficazes para impedir seu alastramento, visto que pode ser prejudicial à sociedade. No entanto, é possível identificar os primeiros sinais do abandono quando, especialmente, o estudante enfrenta obstáculos na adaptação a um determinado curso. Esses sinais estão frequentemente associados a problemas de aprendizagem, dificuldades de interação, falta de identificação com o curso, com o grupo e, em algumas situações, com o docente (Corrêa & Loureiro, 2021).

As dificuldades na integração do estudante no ensino superior, a adaptação ao ambiente universitário e a escassez de tempo devido à situação de ordem laboral, que sustenta as despesas do estudante, são sinais evidentes que podem indicar o abandono. Para os estudantes guineenses, esses sinais podem ser ainda mais evidentes devido às barreiras culturais e de integração. Portanto, é fundamental reconhecer esses indícios e buscar soluções para evitar o abandono dos estudos.

Por outro lado, a taxa de abandono no ensino superior não é uniforme, variando conforme os subsistemas, os tipos de curso e as áreas de formação. Em geral, o abandono é mais baixo no ensino universitário do que no politécnico. Também é possível observar que os cursos de licenciatura (1º ciclo) e mestrado integrado apresentam taxas de abandono menores em comparação com os cursos de técnico superior e mestrado do 2º ciclo. As áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática apresentam taxas de abandono inferiores em comparação com outras áreas. Além disso, os cursos com maior assistência de estudantes internacionais, de estudantes mais velhos e de estudantes-trabalhadores tendem a ter taxas de abandono mais elevadas (Sá et al., 2021).

De acordo com Amaral (2019), o abandono universitário pode ser classificado em duas formas distintas: mais voluntário ou menos voluntário. Melhor dizendo, voluntário ou involuntário, conforme as circunstâncias em que ocorre o evento. Pode-se definir abandono mais voluntário como aquele em que o estudante, por livre vontade, decide mudar de curso ou de instituição, por motivos pessoais, como arrependimento da escolha inicial ou por acreditar que terá melhores oportunidades educacionais na nova instituição. Por outro lado, o abandono

menos voluntário ocorre quando as causas do abandono ultrapassam as expectativas do estudante, como insucesso académico, dificuldades em se adaptar às exigências da universidade, dificuldades de integração à cultura, problemas financeiros ou pessoais que o estudante não conseguiu superar.

Estudos indicam que o abandono abrange todos os níveis de ensino. Vale ressaltar que, se não forem tomadas medidas adequadas para enfrentar esse fenómeno, a situação do abandono pode agravar-se nos níveis de escolaridade pós-obrigatória, particularmente no ensino superior. Na narrativa de Albuquerque (2008), "o insucesso académico, as desistências e a aparente desmotivação de muitos alunos é preocupante para o País, para as Instituições e não só inquietante como frustrante para os professores e alunos" (p. 20). Portanto, o fenómeno deve ser investigado, compreendido e soluções devem ser implementadas para sua redução.

Causas do abandono

Uma das preocupações centrais no estudo deste fenómeno é a identificação das causas do abandono, as quais são numerosas e apresentam características heterogéneas, tornando a análise ainda mais complexa. Tal complexidade dificulta o seu reconhecimento e a elaboração de medidas eficazes para a sua prevenção. Impõe-se, portanto, uma abordagem científica rigorosa, capaz de identificar com clareza os principais fatores que motivam a decisão do estudante de desistir, de forma definitiva, do percurso académico, com o objetivo de mitigar o abandono e promover o sucesso escolar (Santana et al., 2023).

As causas do abandono encontram-se tanto dentro quanto fora das IES, sendo em geral, múltiplas e dependentes da conjuntura em que se manifestam. Nesse sentido, Soares (2010) afirma:

> De uma maneira geral, são muitos os fatores relacionados ao abandono que acometem os discentes durante sua trajetória na escola. Estes acontecimentos podem ser intrínsecos à escola, como para além dela – extrínsecos. A maioria dos estudos sobre fracasso escolar evidencia essa dicotomia entre fatores internos e fatores externos como causadores do abandono escolar. Como exemplo, entre os fatores externos, pode-se incluir: o trabalho, as desigualdades sociais, gravidez, a necessidade de cuidar de familiares, entre outros fatores. Enquanto para os fatores internos têm-se: a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, etc. (p. 10)

Benavente et al. (1994); sublinham que "os estudos sobre o abandono escolar são unânimes quanto à existência de *causas múltiplas*, segundo os países, as regiões, o grau de

ensino, os contextos económicos, sociais e familiares" (p. 27). Contudo, Matias (2013) sublinha que "não raras vezes este fenómeno é entendido como um fenómeno relacional e complexo, de causalidades múltiplas (em que estão implicados alunos, família, escola, professores e política educativa), multifacetado, massivo, constante, seletivo e cumulativo" (p. 4).

Geralmente, esses fatores afetam especialmente os estudantes em situação de vulnerabilidade económica ou cultural, como os guineenses. É, pois, imprescindível considerar tais aspetos para compreender e prevenir o abandono.

Benavente et al. (1994) destacam que, nas diversas abordagens propostas por diferentes autores sobre os fenómenos de abandono, independentemente da sociedade em que ocorrem, as causas são múltiplas, internas e externas à instituição escolar.

Considerando que o presente estudo versa sobre o abandono dos estudantes guineenses no ES em Portugal, é pertinente referir que "em Portugal, todos os anos milhares de estudantes abandonam a escola devido à falta de meios financeiros, à falta de apoio das famílias, à fraca divulgação de informação e alternativas que sentem e à sua própria falta de vontade" (Rocha et al., 2014, P. 9). Importa frisar que diversos investigadores convergem em vários pontos. Santana et al. (2023), por exemplo, apontam que "uma das razões é, quiçá, o facto de os alunos que abandonam precocemente a escola provirem de agregados familiares com manifestas carências sociais resultantes de desemprego, pobreza extrema, situação de monoparentalidade, etc." (p. 44). No mesmo sentido, Coimbra e Fernando (2013) observam que "os estudos corroboram a tese de que os alunos oriundos de famílias economicamente mais desfavorecidas são mais expostos a abandonar a escola do que os outros" (p. 331). Afinal, "o contexto socioeconómico dos estudantes é comummente reconhecido como um dos mais importantes preditores do abandono e da permanência" (Sá et al., 2021, p. 16). É fácil compreender a desistência dos estudos em tais condições, sobretudo quando associada a dificuldades linguísticas, à adaptação ao clima e à fraca preparação académica.

Identificar as reais razões do abandono não é tarefa simples. Contudo, a principal causa indicada recorrentemente é a insuficiência de recursos financeiros, agravada pelo corte nas bolsas de estudo universitárias, pela inflação galopante das propinas e pela crise económica, tanto nacional quanto global (Araújo, 2018). Gomes (2023) acrescenta que "por um lado, as dificuldades financeiras no pagamento de despesas essenciais, em particular causadas pelo facto

das quantias enviados pelos pais e familiares serem insuficientes para as despesas e pelo atraso no pagamento de bolsas de estudo" (p. 2).

Se todo o processo educativo — desde o pagamento das candidaturas, inscrições, propinas, transporte, alojamento, alimentação, aquisição de livros, entre outros — depende da disponibilidade financeira, é compreensível que as condições económicas sejam apontadas como uma das principais causas do abandono. No entanto, reconhece-se que as causas são múltiplas e não se resumem apenas à dimensão económica; há uma miríade de fatores relevantes.

Coimbra e Fernando (2013) explicam que "outro motivo que pode conduzir à desistência da escola são as trajectórias escolares com sucessivas retenções ao longo do percurso escolar e a falta de estratégias para superar essas mesmas retenções, por parte dos organismos responsáveis" (p. 332).

Coimbra e Fernando (2013), acrescentam ainda que:

> Ao nível social, o abandono escolar pode ser encarado como uma forma de sair de "uma" escola sem expectativas e ingressar no mercado de trabalho para, muitas vezes ajudar a família nas suas despesas quotidianas traduzindo-se num conflito de aspirações entre o ambiente familiar e o contexto escolar. (p. 332)

Quando a educação não oferece sinais evidentes de benefícios imediatos, manter o otimismo torna-se um desafio, sobretudo para os mais carenciados. Para os estudantes guineenses, o abandono pode representar uma resposta às dificuldades socioeconómicas.

Não é surpreendente que, numa sociedade contemporânea, as expetativas estejam direcionadas para o ingresso no mercado de trabalho como forma de garantir o sustento familiar. O mercado laboral, ao permanecer atrativo, precipita a saída precoce dos jovens do sistema educativo, promovendo a entrada dos menos qualificados em detrimento dos diplomados (Coimbra & Fernando, 2013).

Além disso, Matias (2013) observa que "os alunos que entraram num curso que não constituía a sua primeira opção apresentam também maior probabilidade de o abandonarem, face àqueles que frequentam o curso que era a primeira escolha" (p. 8).

Essa realidade é particularmente visível entre os estudantes guineenses. Em muitos casos, a escolha do curso é condicionada pela concessão de bolsas de estudo. Estas são, frequentemente, acompanhadas de uma lista fechada de cursos disponíveis, o que obriga o

candidato a optar por uma área que não corresponde às suas aspirações, apenas para não perder a oportunidade de estudar no exterior.

Além disso, não se pode ignorar a questão da qualificação dos docentes universitários. Ainda que estes não sejam os principais responsáveis pelo abandono, é necessário que estejam aptos a reconhecer disparidades nos níveis de aprendizagem, identificar sinais de desinteresse ou dificuldades, e compreender os impactos das adversidades económicas ou familiares no desempenho dos alunos. Torna-se, pois, indispensável repensar todos os fatores que possam comprometer os objetivos pedagógicos ou académicos (Corrêa & Loureiro, 2021).

A qualidade esperada do docente transcende a simples transmissão de conhecimentos ou a coordenação de dinâmicas pedagógicas. O professor, quando desempenha bem o seu papel, pode contribuir para a prevenção do abandono, oferecendo apoio académico, fomentando um ambiente inclusivo, compreendendo as dificuldades dos estudantes e ajudando-os a encontrar soluções viáveis. No caso dos EG, é essencial reconhecer as suas necessidades e oferecer o suporte adequado.

Em suma, sendo um fenómeno social com efeitos colaterais significativos, o abandono no ensino superior desperta o interesse dos investigadores, que buscam compreender as suas origens e propor medidas preventivas. Dado tratar-se de um problema que afeta todos os estabelecimentos de ensino, a investigação sobre os fatores que motivam os estudantes a abandonar o ensino superior revela-se imprescindível, pois só mediante essa compreensão será possível delinear estratégias eficazes para reduzir a taxa de abandono (Esteves et al., 2021).

Foi nesta perspectiva que orientámos o presente estudo, com o propósito de compreender as principais causas do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal.

Identificar e analisar os fatores que influenciam o abandono contribuirá para a formulação de medidas proativas nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas, visando à sua prevenção.

Consequências do abandono

Uma vez que os países necessitam de quadros qualificados para enfrentar os desafios futuros, a formação torna-se um elemento imprescindível ao desenvolvimento de qualquer nação. O conhecimento acaba por abrir inúmeras oportunidades tanto para a transformação individual — melhorando a vida dos sujeitos — quanto para a transformação social, gerando mudanças que proporcionam, assim, um desenvolvimento sustentável. Rocha et al. (2014) sustentam que "a elevada taxa de abandono escolar compromete não só o sistema educativo, como também o desenvolvimento do capital humano e o progresso do país" (p. 9). Um país com défice de recursos humanos está suscetível ao subdesenvolvimento. Na análise de Amaral (2019) sobre este fenómeno, compreende-se que "o abandono escolar no ensino superior tem impacto a diversos níveis: académico, social e económico. Várias têm sido as reflexões de modo a implementar políticas para a sua minimização" (p. 15).

Corrêa e Loureiro (2021) explicam que o abandono pode arruinar a vida de um estudante, em particular no ensino superior, pois o mercado de trabalho e a integração social exigem uma educação formal. Ao abandonar os estudos, o estudante deixa de poder tornar-se investigador, profissionalizar-se ou acreditar-se. Essas oportunidades desperdiçadas far-se-ão sentir ao longo de toda a sua vivência, podendo até gerar frustração e sentimento de culpa no futuro. Tal evento poderá privá-lo da oportunidade de ascensão social, impedindo-o de regressar às salas de aula.

Da Cunha (2024) alude a essa abordagem ao afirmar que os autores que estudam o abandono concordam que as suas causas acarretam enormes consequências para o futuro dos indivíduos. Por não concluírem o percurso académico, esses sujeitos enfrentam limitações significativas em suas vidas, o que pode resultar em desconforto psicológico em virtude do seu impacto.

O abandono é um fenómeno com riscos imprevisíveis para as sociedades, dado que as suas implicações têm uma dimensão generalizada, afetando não apenas o indivíduo e a sua família, mas também os estabelecimentos de ensino superior, a economia nacional — especialmente no que se refere às finanças públicas —, a produtividade e a competitividade global do país, estendendo-se, inclusive, ao plano internacional (Matias, 2013).

Gabriel (2022), considera que:

> O estudo torna-se relevante partindo do princípio de que o abandono escolar traz grandes constrangimentos para os próprios que abandonam, desperdício de verbas alocadas para os estudantes que abandonaram, constrangimentos que o fenómeno pode causar na gestão académica, até mesmo as consequências futuras para o país, no que respeita - ao aumento de qualificações e face a sociedade do conhecimento e da competitividade global. (p. 3)

Os argumentos destes autores revelam base sólida, considerando a relevância de compreender as causas do abandono. Evidenciam que se trata não apenas de um problema individual, como à primeira vista pode parecer, mas de uma questão estrutural que afeta profundamente as famílias, as instituições de ensino superior e os próprios países. É improvável encontrar um sistema educacional isento de abandono no ensino superior.

Neste cenário, o principal afetado por este problema global é o próprio indivíduo. É essencial compreender que a desistência no ensino superior acarreta impactos significativos em diversas esferas da vida do estudante, que pode enfrentar inúmeras limitações em razão da ausência de uma qualificação adequada. Ao abandonar os estudos, o estudante perde a oportunidade concreta de obter um diploma superior, que lhe poderia garantir o acesso a um emprego digno. Isso compromete as suas expectativas e a sua mobilidade social, dificultando o acesso a um posto de trabalho de qualidade e com remuneração justa, visto que nenhuma empresa deseja contratar alguém sem as qualificações requeridas para o exercício de determinada função.

Ademais, os recursos disponibilizados para esse estudante — públicos ou privados — tornam-se uma perda irreparável quando a formação académica não é concluída.

O impacto do abandono atinge as instituições de ensino superior em quase todas as vertentes: desde a organização administrativa e financeira, à gestão de turnos e salas, ao planeamento dos cursos e horários, ao cumprimento de diversas obrigações laborais, à redução das receitas provenientes das propinas pagas mensalmente, ao prestígio institucional e até à taxa de sucesso académico. Enfim, os danos são incalculáveis, não só para os indivíduos, mas também para as instituições de ensino superior onde ocorre o fenómeno.

Para o país, a desistência no ensino superior compromete a qualificação da mão de obra e da força de trabalho, diminuindo a produtividade e prejudicando o desenvolvimento socioeconómico. A ausência de qualificação adequada numa sociedade limita a inovação e o crescimento sustentável, o que resulta em perdas económicas e no agravamento da pobreza.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e, para alcançar um emprego, é necessário possuir um nível de qualificação compatível com as expectativas das empresas. Na visão de Rocha et al. (2014), "o desempenho escolar dos jovens tem repercussões ao nível do mercado de trabalho e desenvolvimento económico-social e deve convocar toda a sociedade" (p. 9). Com o avanço das novas tecnologias, a mão-de-obra qualificada é cada vez mais indispensável. Entretanto, abandonar o ensino superior é gerar problemas incalculáveis para o próprio indivíduo, a sua família e o seu país. Santos et al. (2022) vão ainda mais longe ao afirmar que "um indivíduo com baixa escolaridade pode comprometer o discernimento de direitos e deveres, assim com dificultar a compreensão dos aspectos sociais" (p. 2). Na perspectiva de Álvares e Estêvão (2012), "no plano cívico e político, a qualidade da democracia ressente-se de baixos níveis de participação e de capacidade crítica dos seus cidadãos e que surge associada às baixas qualificações" (p. 2). Álvares e Estêvão (2012) prosseguem na conceção de que "no plano social o abandono é um poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades e no plano económico, constitui um forte handicap à modernização económica e à competitividade" (p. 2).

Os autores referenciados enaltecem que a qualificação académica é fundamental para a empregabilidade, bem como para o desenvolvimento social e económico. A qualificação académica constitui a base da saúde profissional do indivíduo; a sua ausência reflete-se visivelmente na vida ativa e na inserção social. O abandono no ensino superior repercute negativamente na sociedade, comprometendo a trajetória profissional do indivíduo e gerando enormes dificuldades. A única forma eficaz de combater esse fenómeno é por meio da elaboração de políticas que promovam a inclusão social e garantam a permanência dos estudantes no ensino superior.

No plano cívico, o abandono limita a participação plena na vida comunitária, tanto diretamente — pelas incapacidades de apreciação, compreensão, expressão, análise e organização do discurso — como indiretamente, ao promover desigualdade no exercício da cidadania e fragilização das instituições democráticas. Acresce ainda a autoimagem precária, a baixa renda e o reduzido consumo, que se tornam elementos identitários centrais (Álvares & Estêvão, 2013).

É certo que o abandono do ensino superior restringe a participação social do indivíduo e intensifica a desmotivação quanto à educação e ao desenvolvimento social, abalando profundamente a autoestima e as oportunidades de ascensão.

Ruivo (2017) foi conciso ao afirmar que “na verdade, a proliferação do abandono escolar tem implicações diretas no desempenho econômico das empresas e das nações, com um efeito muito significativo no PIB, no crescimento dos salários, e na melhoria da qualidade de vida das populações” (p. 280). Assim, segundo Santana et al. (2023), é possível prever que as consequências são dramáticas, sobretudo “para o indivíduo, as baixas qualificações conduzem a poucas oportunidades, precariedade de emprego, baixos salários, que condiciona a qualidade de vida, a qualidade dos seus tempos livres, o acesso à informação e ao conhecimento adequados sobre a realidade social” (p. 45). Santos et al. (2022) acrescentam que “no âmbito profissional, as pessoas que não demandam de formação adequada tendem a ter maior dificuldade em se candidatar ou exercer cargos que necessitam conhecimentos específicos” (p. 2). As repercussões do abandono não afetam apenas o indivíduo: “para a sociedade, é o registo de baixos índices de desenvolvimento humano da população, força de trabalho pouco qualificada, baixa produtividade e lento desenvolvimento, fraca participação social e política e a alta probabilidade de reprodução das desigualdades sociais” (Santana et al., 2023, p. 44).

Nesta linha, Silva (2015) manifesta-se ao afirmar que “o abandono no ensino superior é um fenómeno multidimensional e, por isso, não tem apenas impacto na vida do estudante” (p. 3). O autor salienta ainda que “existem várias implicações do abandono no ensino superior, não só em termos de percursos individuais, mas também em termos de preparação do país para enfrentar as exigências da sociedade de conhecimento” (p. 3). No plano institucional, Silva (2015) destaca que “a universidade, enquanto instituição que “produz saber” tem um interesse prioritário no acolhimento dos estudantes que, para além de representarem uma fonte de rendimento, são também passíveis de proporcionar prestígio e visibilidade à instituição através das suas investigações académicas” (p. 3).

O abandono no ensino superior prejudica simultaneamente os estudantes, a economia, a sociedade e as próprias instituições de ensino superior. Reduz as oportunidades de emprego, acentua as desigualdades e compromete a produtividade, com impacto direto no PIB. Para mitigar esse fenómeno, é necessária a participação conjunta dos governos, das instituições e da sociedade.

Tribunal de Contas (2020) destaca que:

> O abandono representa um custo elevado para os indivíduos, para a economia e, em geral, para a sociedade, pelo que a sua medição e a sua monitorização através de indicadores quantitativos e qualitativos fiáveis, específicos e detalhados são fundamentais para a melhor definição e articulação das políticas destinadas ao respetivo combate. (p. 5)

É consensual que o abandono do ensino superior afeta negativamente os estudantes, a economia e a sociedade. Torna-se, assim, imprescindível recolher dados fiáveis e formular políticas eficazes e ajustadas à complexidade do problema.

Segundo Corrêa e Loureiro (2021), o abandono reflete a falta de reconhecimento dos valores envolvidos na formação académica e dos esforços envidados para a sua concretização. Por outro lado, o abandono cria restrições significativas à ocupação de posições de destaque, aspiração comum de qualquer profissional.

O abandono no ensino superior é um fenómeno complexo, cujos danos são, muitas vezes, irreparáveis. Quando ocorre, afeta diretamente as receitas provenientes das propinas estudantis — fundamentais para o prestígio das universidades, especialmente pela via da produção científica. A decisão de abandonar o curso compromete os objetivos delineados pelas instituições, prejudicando tanto o estudante como o crescimento do país (Amaral, 2019).

Ademais, Gomes (2023) defende que o abandono no ensino superior constitui um dos problemas mais inquietantes para todos os intervenientes no sistema de ensino, dadas as suas implicações sociais — desde a intensificação da pobreza e da desigualdade social até os prejuízos para a economia do país, para além do desperdício de recursos investidos na formação.

Políticas educacionais

O abandono dos estudantes guineenses do ensino superior em Portugal configura-se como um desafio multifacetado que requer uma análise acurada das políticas educacionais vigentes. Tais políticas exercem um papel fulcral na permanência e no êxito académico dos estudantes, uma vez que influenciam fatores como o financiamento dos estudos, o apoio às instituições para a criação de mecanismos internos de acompanhamento pedagógico e de promoção da inclusão social. “A reflexão por parte de todos os intervenientes no ensino superior em Portugal, deve ser estimulada no sentido de serem descobertos os fatores explicativos do abandono escolar” (Amaral, 2019, p. 5). Com base nessa premissa, a identificação das causas pode tornar a execução das políticas educativas mais eficaz, evitando que os seus efeitos atinjam níveis alarmantes, capazes de comprometer a sociedade em que o fenómeno ocorre. Segundo Amaral (2019), “o fenómeno do abandono escolar no ensino superior, causa desigualdades e traduz um certo nível de pobreza social e económica” (p. 5). Por conseguinte, impõe-se cada

vez mais a necessidade de revisão e adequação das políticas educativas à realidade vivida pelos estudantes.

A mobilidade internacional de estudantes, sobretudo daqueles oriundos de países com históricos de fragilidades estruturais no setor educativo — como é o caso da Guiné-Bissau — exige orientações políticas que garantam não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência desses discentes. Em Portugal, a existência de diversas políticas voltadas ao apoio ao ensino superior tem facilitado o ingresso de inúmeros estudantes internacionais. Não obstante, a ausência de apoio contínuo, acompanhamento pedagógico e estratégias eficazes de integração pode comprometer seriamente a continuidade dos estudos e o sucesso académico desses indivíduos.

Dessa forma, a análise das políticas educativas à luz da problemática do abandono dos estudantes guineenses assume relevância capital, pois poderá contribuir significativamente para a mitigação desse fenómeno.

> Um primeiro conjunto de políticas dizem respeito aos apoios financeiros. Estes podem ser dirigidos, quer aos estudantes, quer às instituições para melhorarem o sucesso académico dos seus discentes. Os apoios dirigidos aos estudantes são bolsas ou empréstimos destinados a incentivar não apenas a participação no ES de estudantes provenientes de agregados com baixos rendimentos, mas também a sua permanência e a garantia de condições que lhes permitam cobrir as despesas associadas ao estudo. (Aamodt, 2022; Bertolin & McCowan, 2022; Dougherty & Callender, 2020, citado por Tavares, et al., 2024, p. 20).

As bolsas de estudo atribuídas no ensino superior constituem incentivos decisivos para a redução do abandono, pois mitigam significativamente os encargos financeiros dos estudantes — sendo estes, muitas vezes, a principal causa do insucesso académico. Todavia, esse esforço revela-se insuficiente para eliminar por completo as dificuldades, “uma vez que as bolsas de estudo que auferem nem sempre são suficientes para fazer face as necessidades relacionadas com as propinas, a alimentação, o alojamento, os livros e todas as despesas inerentes a estadia em Portugal” (Doutor, Marques & Ambrosio, 2016; Duque, 2012, citado por Doutor, et al, 2018, p. 169). “Desde sempre que a valorização dos recursos humanos foi uma das prioridades da cooperação portuguesa e a atribuição de bolsas para estudar em Portugal uma das componentes essenciais dessa estratégia” (Correia, 2011, p. 19). Esta posição de Portugal beneficia os países contemplados, contribuindo, ainda que de modo limitado, para a redução do abandono escolar.

As políticas que asseguram apoios financeiros aos estudantes aliviam os encargos das famílias, muitas vezes corresponsáveis pelo sustento dos estudantes, promovendo assim a igualdade de oportunidades e ampliando as hipóteses de sucesso académico.

Conforme aponta Cá (2015), Portugal, como Estado-Membro da União Europeia, está vinculado a um conjunto de normativas e dispõe de tratados com diversas instituições que viabilizam a mobilidade académica. Programas como o Erasmus, bem como os acordos com os países da CPLP e dos PALOP, conferem a Portugal um papel preponderante na formação de quadros qualificados oriundos desses países. Os apoios, quer aos estudantes residentes nos seus países de origem, quer aos que já se encontram em Portugal, não são inexistentes. Tais bolsas são oferecidas por instituições públicas e privadas, sendo que estas últimas, frequentemente, disponibilizam apoio específico a estudantes excluídos dos programas de cooperação oficial. Esses apoios podem ser de natureza financeira ou pedagógica, com o objetivo de assegurar a continuidade dos estudos e superar os obstáculos mais prementes. Sendo a barreira económica uma das razões principais para o abandono, tais políticas acabam por atenuar significativamente essa dificuldade, favorecendo uma integração académica mais eficaz.

A Guiné-Bissau, enquanto membro da CPLP e dos PALOP, beneficia-se da maioria dos programas que integram a política educacional portuguesa, bem como dos acordos bilaterais com este país. A prioridade de Portugal na concessão de bolsas de estudo continua a recair sobre os estudantes oriundos dos PALOP e de Timor-Leste, embora haja, atualmente, uma tendência para reforçar o ensino superior nesses países. Para tanto, são implementadas múltiplas estratégias: atribuição de bolsas internas a estudantes provenientes de famílias carenciadas, aumento do número de bolsas de pós-graduação em detrimento das de licenciatura, com vista à redução do tempo de permanência em Portugal, frequentemente marcado por múltiplas dificuldades. Adicionalmente, são criadas bolsas de profissionalização para apoiar os licenciados no seu regresso aos países de origem, oferecendo auxílio financeiro por mais um ano, enquanto estes trabalham em empresas locais (Correia, 2011).

Esta dinâmica revela-se extremamente promissora para a redução do abandono escolar. Caso o ensino superior local apresente condições mínimas de qualidade e capacidade, muitos dos estudantes que, por carência financeira, optariam por emigrar, permanecerão no seu país de origem. Ademais, se essa alternativa for acompanhada de financiamento adequado e garantia de empregabilidade, o retorno torna-se ainda mais atrativo, evitando uma permanência prolongada no exterior e os obstáculos daí decorrentes.

A Guiné-Bissau constitui um parceiro tradicional de Portugal, alicerçado em laços históricos e culturais. Ao longo dos anos, ambos os países celebraram inúmeros acordos bilaterais, além de compartilharem compromissos em fóruns multilaterais, como a CPLP e os PALOP. Entre os diversos projetos de cooperação promovidos por Portugal em benefício da Guiné-Bissau, destaca-se a criação da Faculdade de Direito de Bissau (FDB), com grau de licenciatura. Conforme relata Correia (2011), "o apoio da cooperação portuguesa à Guiné-Bissau no domínio do ensino superior traduz-se no projecto de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito de Bissau (FDB)" (p. 27).

Além desses projetos, há muitos anos está em funcionamento, na Guiné-Bissau, o Instituto Camões, responsável pela formação de jovens na língua portuguesa, com grau de licenciatura. Os estudantes oriundos desse instituto, em parte, seguem carreira docente, enquanto outros prosseguem os estudos em graus mais avançados. Tanto o Instituto Camões quanto a Faculdade de Direito de Bissau têm desempenhado um papel crucial na formação de quadros qualificados no ensino superior, nomeadamente nas áreas da língua portuguesa e do direito. Esta formação local tem contribuído significativamente para a permanência de jovens guineenses na capital e para o seu enquadramento na função pública do país.

Tais cooperações revelam-se essenciais para o fortalecimento do sistema de ensino da Guiné-Bissau. Apesar de ainda se registarem progressos lentos rumo a uma estabilização efetiva, estas iniciativas podem contribuir para a redução do número de jovens que emigram para cursar o ensino superior em Portugal, mitigando, assim, o tempo de permanência no estrangeiro. Consequentemente, reduzem-se também a dependência de apoios financeiros externos e os riscos associados ao abandono escolar.

3 METODOLOGIA

Contextualização da pesquisa e questões de investigação

A educação é um direito fundamental que assiste os cidadãos na construção de uma sociedade progressista e justa. Desempenha um papel relevante na formação da personalidade e na expansão de conhecimentos e valores que orientam nossas vivências. Além disso, possibilita a aquisição de saberes teóricos e práticos, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o crescimento individual (Benedetti, 2023).

Nesse contexto, é compreensível o anseio dos jovens em inscrever-se nas universidades, com a esperança de, um dia, encontrarem um emprego que satisfaça suas necessidades. Contudo, nem sempre esse sonho é alcançado, e uma das principais razões para tal é a desistência. O fenómeno do abandono afeta, também, os estudantes guineenses do ensino superior em Portugal. O presente estudo busca compreender as principais causas que subjazem esse abandono e as suas consequências.

Nos capítulos anteriores, foi apresentado o contexto dos estudantes oriundos dos PALOP no ensino superior em Portugal e dos obstáculos enfrentados pelos estudantes guineenses nesse contexto e foi também explorada a revisão da literatura acerca dos conceitos de abandono, bem como das suas causas e consequências, e das políticas educacionais relacionadas, com base nas bibliografias consultadas. A revisão da literatura permitiu-nos desenvolver uma abordagem pormenorizada, conceituando as dimensões supracitadas, com o propósito de orientar a pesquisa e auxiliar o leitor na compreensão dos fundamentos da investigação.

Agora, torna-se necessário definir uma metodologia adequada para responder à questão de investigação e alcançar um entendimento mais aprofundado sobre o tema em análise. A abordagem metodológica será o foco deste capítulo.

Abordagem metodológica

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender, em detalhes, os motivos que levam os estudantes guineenses a abandonarem o ensino superior em Portugal e as consequências desta decisão. Para obter informações mais detalhadas, autênticas e comparáveis, a técnica de recolha de dados será por meio de entrevistas semiestruturadas,

com perguntas previamente definidas, permitindo que os participantes expressem livremente suas vivências e opiniões sobre o abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. Esta técnica é amplamente utilizada em abordagens qualitativas.

A entrevista semiestruturada não só permitirá flexibilidade ao entrevistador, como será essencial para identificar as principais causas do abandono e as medidas para reduzir o problema. Os entrevistados serão selecionados de forma intencional, priorizando estudantes guineenses que abandonaram os estudos ou enfrentam dificuldades no ensino superior. A análise dos dados será realizada por meio da identificação de temas e padrões nas respostas, permitindo compreender os fatores que influenciam o abandono académico dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal e suas consequências.

A opção por não recorrer a dados estatísticos deve-se ao propósito central da investigação, que é aprofundar a compreensão das razões que levam os estudantes guineenses a abandonar o ensino superior, e não quantificar esse fenómeno.

Justificação da metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa com o intuito de compreender profundamente as vivências, os pontos de vista e os contextos sociais e culturais relacionados ao abandono dos EG no ES em Portugal. Sendo o abandono uma realidade social complexa, ele envolve distintas interpretações, variando de acordo com os contextos em que ocorre. A escolha por esse método visa apreender os fatores estruturais, e institucionais que impactam a trajetória desses indivíduos.

A metodologia qualitativa possibilita uma compreensão mais aprofundada das causas deste fenómeno, considerando as especificidades de cada estudante. Tal abordagem privilegia a análise detalhada e a interpretação significativa dos dados recolhidos, em detrimento de números ou estatísticas (Goldenberg, 1997, como citado em Silveira & Córdova, 2009).

A opção pela entrevista semiestruturada deve-se, em grande parte, à sua flexibilidade. Essa técnica confere aos participantes a liberdade de expressarem-se abertamente acerca das suas vivências, o que enriquece a compreensão do fenómeno em estudo ao proporcionar respostas mais objetivas e contextualizadas. Simultaneamente, permite ao investigador ajustar o roteiro de perguntas conforme o desenrolar da entrevista e as respostas do entrevistado

(Triviños, 1987). Esse procedimento alinha-se com os objetivos do estudo, permitindo uma compreensão mais acurada da realidade experienciada pelos estudantes guineenses que não concluem os seus cursos no ES em Portugal.

Adicionalmente, os dados recolhidos serão analisados com base nos temas emergentes das entrevistas, o que possibilita uma interpretação rigorosa e fiel aos discursos dos participantes. Essa forma de análise está em consonância com os propósitos do estudo e contribui para uma compreensão mais abrangente da realidade dos estudantes guineenses que abandonam o ensino superior em Portugal.

Metodologia científica

A abordagem metodológica representa um conjunto de ações e regras que auxiliam na condução de uma pesquisa científica, com o objetivo de assegurar a viabilidade dos resultados obtidos. Prodanov e Freitas (2013) destacam que "a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos" (p. 126). Por sua vez, Demo (1985) enfatiza que "[...] partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles" (p. 23). Prodanov e Freitas (2013) reforçam que "pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Podemos dizer que, basicamente, pesquisar é buscar conhecimento. Nós pesquisamos a todo momento, em nosso cotidiano, mas, certamente, não o fazemos sempre de modo científico" (p. 43).

A pesquisa científica necessita de métodos para garantir resultados confiáveis. A abordagem qualitativa visa compreender um grupo por meio das experiências vividas ao longo dos estudos. Para entender as causas do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal, optou-se por essa abordagem, uma vez que:

> [...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (Goldenberg, 1997, como citado em Silveira & Córdova, 2009, p. 33).

É importante destacar que a pesquisa qualitativa não visa generalizações estatísticas, mas sim uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenómenos sociais, respeitando suas singularidades e complexidades. Segundo Guerra (2014), "O método qualitativo envolve a empiria e uma sistematização progressiva do conhecimento até que a compreensão da lógica interna do grupo seja desvelada" (p. 14).

A escolha desse método visa permitir a resolução do problema da pesquisa, por meio da recolha e interpretação dos dados, possibilitando a extração de conclusões relevantes e vantajosas. "Uma vantagem da pesquisa qualitativa é que uma análise detalhada e exata de alguns casos pode ser produzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para apresentá-los em seus contextos" (Flick, 2013, p. 25). Fernandes da Silva (2010) considera que "a abordagem qualitativa trabalha com valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenômenos, fatos e processos; passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento" (p. 6).

Flick (2013) ressalta que os métodos qualitativos estão mais centrados em abordar de maneira mais precisa os eventos e a forma como são interpretados. Por essa razão, utilizam um número reduzido de casos no estudo.

A abordagem qualitativa é fundamental para entender as experiências e comportamentos dos sujeitos da investigação, indo além dos números para interpretar os dados coletados. Ela apoia-se no estudo de temas relevantes de maneira minuciosa e contextualizada. Na abordagem qualitativa, o investigador busca compreender, de forma detalhada, o fenómeno em estudo, levando em conta as ações individuais, os grupos ou as organizações no seu meio social. Essa análise é realizada a partir da percepção dos envolvidos, sem centralidade numérica, generalizações ou relações lineares de causa e efeito (Guerra, 2014).

A grande vantagem da abordagem qualitativa reside na compreensão mais aprofundada do fenómeno em estudo, considerando as experiências das pessoas em seu contexto social, sem se preocupar com números ou generalizações. Como afirmam Freitas e Jabbour (2011), a maior vantagem dessa abordagem é que ela permite uma análise detalhada e abrangente, o que torna a pesquisa ainda mais interessante, especialmente com técnicas como entrevistas. Essas valências auxiliam o investigador a captar pequenos detalhes informais, estabelecendo um vínculo sistêmico com o objeto de estudo.

Com base nessas perspectivas, é possível afirmar que a escolha metodológica adotada permitirá um diagnóstico detalhado e contextualizado das experiências e compreensões dos participantes sobre o abandono. A incorporação de fatores pessoais, institucionais e sociais contribui para a identificação de respostas viáveis, que podem servir de suporte para a redução do problema.

Técnica de recolha de dados

A técnica de recolha de dados constitui um procedimento essencial, de investigação com o intuito de obter informações sobre o fenómeno em estudo. Quando adequadamente alinhadas ao tema da investigação, tais técnicas tendem a produzir resultados viáveis, os quais permitem uma melhor compreensão do problema.

Esse procedimento pode ser executado de diversas formas pelo investigador, dependendo da metodologia estabelecida e do objeto de estudo, sendo crucial para a obtenção de informações relevantes. A estruturação da pesquisa qualitativa consiste em mapear os intervenientes ou casos a serem estudados, bem como o espaço a ser explorado, respeitando os objetivos previamente estabelecidos e o plano procedimental, de modo a assegurar a consecução desses objetivos (Cabral & Vieira, 2014). A recolha de dados proporciona informações que auxiliam na compreensão do problema em análise e garantem a credibilidade dos resultados obtidos, influenciando diretamente a precisão dos mesmos.

Na pesquisa qualitativa, a entrevista pode assumir diferentes formas – estruturada, não estruturada ou semiestruturada –, de acordo com o objetivo do estudo. Como esta investigação visa compreender as principais causas do abandono dos estudantes guineenses no ES em Portugal, e tendo em conta que a metodologia adotada é de abordagem qualitativa, optou-se pela entrevista semiestruturada como a alternativa mais compatível com os propósitos do estudo.

Privilegia-se a entrevista semiestruturada por valorizar a presença ativa do pesquisador e permitir um leque mais amplo de perspectivas, assegurando maior liberdade e espontaneidade aos entrevistados. Isso enriquece a investigação e possibilita a recolha de dados mais precisos e pertinentes para responder à questão de investigação (Triviños, 1987).

"Na entrevista semiestruturada, como uma entrevista guiada, há uma orientação mais qualitativa, buscando maior interação entre entrevistador e entrevistado" (Glesne, 2015, citado por Russo & da Silva, 2019, p. 3). O seu estilo característico permite uma exploração aprofundada dos temas e das perspectivas individuais no contexto da pesquisa. "[...] Segundo nosso ponto de vista, para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semi-estruturada é um, dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados" **(**Triviños, 1987**,** p. 145).

> Segundo Triviños (1987):
>
> Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (p. 146)

Quando a pesquisa qualitativa é associada à entrevista semiestruturada — sendo esta a técnica de recolha de dados considerada mais viável para o presente estudo —, ela revela-se de utilidade significativa para o pesquisador, pois apresenta um caráter exploratório e visa à obtenção de resultados em determinada conjuntura.

Para Quivy et al. (1992), "nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados" (p. 191). Existem diversas técnicas de recolha de dados, todas relevantes para a obtenção de resultados significativos. Cabral e Vieira (2014) afirmam que "a escolha da técnica adequada para produção dos dados na pesquisa científica representa uma importante fase no encaminhamento que a pesquisa deve tomar" (p. 98).

A entrevista, de forma geral, é amplamente utilizada como instrumento de recolha de dados devido à sua capacidade de captar percepções. Trata-se da técnica mais utilizada no trabalho de campo, por possibilitar o aprofundamento da compreensão de determinados fenómenos na sua essência.

Boni e Quaresma (2005) defendem que "através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos" (p. 72). Além disso, a entrevista pode ser entendida como um "processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o

entrevistado". (Haguette, 1997, citado em Boni & Quaresma, 2005, p. 72). Num conceito mais amplo, segundo Bortolozzi (2020), "a entrevista é uma interação social, com troca de diálogo e objetivos definidos. As entrevistas são modalidades diferentes e ricas na obtenção dos relatos das pessoas sobre determinado tema ou fenômeno" (p. 29). Embora a entrevista seja um instrumento fundamental para a coleta de informações, exige do investigador cuidados metodológicos rigorosos, pois a interação entre as pessoas pode influenciar as respostas.

Acredita-se que a combinação entre a pesquisa qualitativa e a entrevista semiestruturada configura-se como uma estratégia metodológica adequada à investigação proposta, na medida em que permitirá uma análise profunda e abrangente do abandono dos EG no ES em Portugal.

A recolha de dados decorreu em Lisboa, entre os meses de maio e julho de 2025. Antes do início do processo, o guião das entrevistas foi elaborado com rigor, tendo em consideração os objetivos da pesquisa. Foi, ainda, submetido um pedido de aprovação ética à Comissão de Ética da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. Após a emissão de parecer positivo, iniciou-se a recolha dos dados. Todo o processo foi cuidadosamente organizado de forma a garantir o anonimato e a privacidade dos participantes. Os dados foram geridos com total confidencialidade, respeitando os princípios éticos da investigação científica.

O critério de seleção dos participantes foi definido de modo intencional, incluindo estudantes guineenses do ensino superior em Portugal que se encontravam em diferentes situações: os que abandonaram os estudos, os que continuavam a estudar, mas demonstravam risco de desistência, e ainda um representante da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa. O recrutamento foi facilitado por esta associação e, em alguns casos, por meio de contatos pessoais do investigador. Participaram, no total, treze (13) estudantes, incluindo um membro da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa. Destes, dez (10) eram do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. Entre eles, nove (9) haviam abandonado os estudos e quatro (4) encontravam-se ainda a frequentar o ensino superior.

Tabela 2 – Matriz de categorização dos participantes

Nome Fictício	Sexo	Idade	Curso	Ano de Ingresso	Grau Académico	Situação Académica
Jorge	M	33	Ciências Ambientais	2023/2024	Mestrado	Desistente
Marcos	M	31	Engenharia Ambiental	2023/2024	Mestrado	Desistente
João	M	41	Antropologia	2022/2023	Mestrado	Desistente

Midana	M	23	Relações Públicas e Comunicação Empresarial	2022/2023	Licenciatura	Em ativo
Helder	M	36	Direito em Ciências Jurídica e Política	2016/2017	Mestrado	Em Ativo
Samba	M	48	Educação Ambiental	2023/2024	Mestrado	Desistente
Ivandro	M	32	Contabilidade e Administração	2018/2019	Licenciatura	Desistente
Sirem	M	28	Serviços Sociais	2018/2019	Licenciatura	Em Ativo
Elsa	M	32	Direito	2019/2020	Licenciatura	Desistente
Suleimane	M	45	Administração Educacional e Regulação da Educação	2022/2023	Mestrado	Desistente
Filipe	M	38	Contabilidade e Fiscalidade	2017/2018	Mestrado	Desistente
Aminata	M	29	Gestão Turística	2023/2024	Licenciatura	Desistente
Anselmo (Assoc. EG em Lisboa)	M	36	Direito em Ciências Jurídica e Política	2016/2017	Mestrado	Em Ativo

A Tabela 2 ilustra a matriz de categorização dos participantes, incluindo os nomes fictícios, sexo, idade, curso, ano de ingresso, grau académico e situação académica. Essa matriz permite compreender os perfis dos sujeitos selecionados para a amostra, bem como a sua organização por níveis e áreas de formação superior.

Tabela 3 Caracterização dos Participantes quanto ao Género e à Situação Académica

Categoria	Número de Participantes
Masculino	10
Feminino	03
Abandono	09
Em Ativo	04
Total de Participantes	13

Conforme ilustra a Tabela 3, participaram treze estudantes guineenses, dos quais dez do género masculino e três do género feminino. No que concerne à situação académica, constata-se que nove participantes abandonaram o curso, enquanto quatro permaneciam ativos no momento da recolha dos dados.

Durante o processo de recolha de dados, registaram-se algumas dificuldades, sobretudo no agendamento das entrevistas, devido às agendas sobrecarregadas dos participantes, em virtude dos seus horários laborais. Embora todos residissem em Lisboa, a distância entre os locais também representou um desafio logístico. Apesar disso, o acolhimento por parte dos

entrevistados foi marcado por cordialidade e colaboração. O facto de os participantes serem meus conterrâneos exigiu a observância do princípio de transparência e reflexividade.

Todos os participantes receberam explicações detalhadas sobre o procedimento de recolha dos dados e os objetivos da investigação, tendo assinado o termo de consentimento informado. As entrevistas decorreram individualmente, em ambientes reservados, conforme exigem os princípios éticos da investigação científica.

Análise dos dados

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente, sendo os ficheiros armazenados de forma codificada, garantindo a fidelidade das respostas e o sigilo das informações.

Posteriormente, foi realizada uma leitura atenta das transcrições, com o intuito de compreender as ideias principais expressas pelos entrevistados. Tanto os participantes como as instituições universitárias mencionadas receberam nomes fictícios, de modo a assegurar o anonimato e o respeito pelos princípios éticos da investigação.

Segundo Gil (2008) e Bogdan & Biklen (1994) a análise de dados tem por objetivo organizar e categorizar o material recolhido de modo a responder ao problema de investigação, distinguindo-se da interpretação dos dados, que procura compreender as respostas dos entrevistados, articulando-as com outros conhecimentos. Para Gil (2008), os dados obtidos junto dos participantes, em regra, apresentam-se heterogéneos. Para uma análise rigorosa, é necessário organizá-los em um conjunto de categorias que possam abarcar todas as respostas. Essas categorias, segundo Bogdan e Biklen (1994), constituem palavras ou expressões-chave retiradas das respostas dos participantes, permitindo organizar, comparar e interpretar as informações recolhidas. Assim, as categorias geram códigos – pequenos subtítulos decorrentes dessa organização. No âmbito metodológico, durante a fase de análise das entrevistas, privilegiou-se uma abordagem indutiva, por permitir que as ideias relevantes emerjam diretamente da fala dos próprios participantes, sem a imposição prévia de categorias ou pressupostos. Tal abordagem possibilita identificar aspetos significativos e compreender com maior profundidade as vivências relatadas (Thomas, 2003). Segundo Gil (2008, p. 158), a "codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados".

A Tabela 4 ilustra a estrutura temática composta por oito principais temas de discursos, resultantes de uma abordagem indutiva. Esses temas agrupam um conjunto de categorias que refletem as vivências e as compreensões exploradas junto dos participantes.

Tabela 4 – Frequência de codificações por tema e categorias

Tema Principal	**Categoria**	**Nº de Codificações**
Razões Para Escolher Portugal	Razões	8
Barreiras Económicas e Financeiras	Dificuldades financeiras	12
	Dificuldades materiais	3
	Dificuldades de alojamento	4
	Necessidade de estudar e trabalhar simultaneamente	11
	Dívidas	9
Barreiras de Integração Sociocultural	Choque cultural	1
	Clima	2
	Isolamento social e dificuldade em criar relações	9
	Discriminação	5
	Complexo de inferioridade	2
Barreiras Académicas	Diferença curriculares e pedagógicas	4
	Dificuldades linguísticas	11
	Dificuldades com a informática	2
	Falta de acompanhamento e orientação académica inicial	3
Falhas Institucionais e Políticas Públicas	Falta de política de apoio	2
	Bolsas de estudos ou apoios financeiros necessários	2
	Propinas elevadas para os estudantes internacionais	3
	Atraso na emissão de vistos de estudos	6
Motivação e Persistência	Interesse e paixão pelo curso	4
	Apoio familiar	7
	Apoio e motivação dos docentes	3
	Apoio da Associação dos Estudantes	6
	Planos de superação das dificuldades académicas e sociais	2
Impacto do Abandono	Trauma Psicológico	10
	Mudança ou adiamento de objetivos profissionais e pessoais	7
	Limitação no acesso aos empregos qualificados	5
	Necessidade de recorrer a cursos profissionais como alternativa	2
Sugestões para evitar o abandono	Acompanhamento institucional/governamental	13

Para sistematizar o material empírico, as entrevistas transcritas foram codificadas com a ajuda do software WebQDA, identificando trechos de texto e atribuindo códigos. Durante a leitura das transcrições, as categorias emergentes foram constantemente revistas e reorganizadas para uma melhor sistematização e foram agrupadas nos seguintes temas mais abrangentes: razões para escolher Portugal; barreiras económicas e financeiras; barreiras de integração sociocultural; barreiras académicas; falhas institucionais e políticas públicas, motivação e persistência; impacto do abandono e sugestões para evitar o abandono;

Finalmente, procedeu-se à interpretação e à síntese analítica, estabelecendo uma comparação crítica entre os dados recolhidos e o referencial teórico adotado (Coutinho, 2018).

4 RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos e interpretamos os resultados alcançados por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas aos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. Como referimos anteriormente, os participantes incluem estudantes que abandonaram os estudos, estudantes que ainda se encontram a estudar, mas enfrentam dificuldades, bem como um representante da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa.

Nesta secção, os resultados estão organizados da seguinte maneira: primeiro, apresentamos os dados que descrevem os motivos que levaram os EG a escolher Portugal para seguir os estudos. Segundo, mostramos os principais fatores que contribuíram para o abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. No terceiro ponto, indicamos os aspetos relacionados com a motivação e a persistência ao longo do percurso académico. Já no quarto, apresentamos os principais efeitos do abandono dos EG no ensino superior em Portugal. No quinto, trazemos algumas recomendações para reduzir o abandono. Por último, analisamos o significado destes resultados e como eles ajudam a compreender o fenómeno do abandono académico.

Razões para escolher Portugal

Portugal tem sido o destino de vários estudantes guineenses que pretendem continuar os seus estudos universitários. O caso concreto é a destacada figura nacional e internacional, fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Cabral, entre outros altos dirigentes políticos que hoje são funcionários públicos. É importante enfatizar que a vinda dos EG a Portugal não é uma mera coincidência; deve-se, em grande medida, aos acordos bilaterais de cooperação educacional. Estes acordos proporcionam vantagens no acesso ao ensino superior português, oportunidade que os jovens não deixam escapar (Silva, 2024). A razão desta escolha depende de cada estudante, mas os motivos mais mencionados prendem-se com a língua portuguesa, que é língua oficial da Guiné-Bissau, bem como com as relações históricas que unem os dois povos. Esses pontos são referidos por um dos entrevistados:

> Portugal, acho que, na Europa é o país mais próximo de Bissau, independentemente da questão da colonização, tanto em termos de adaptação. A língua é a mesma, a língua portuguesa e acho também que é um povo mais próximo do nosso povo. É um país acolhedor. Isso é muito importante. (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental)

A língua tem sido, reiteradamente, a justificação mais apresentada pelos entrevistados. É o caso de Filipe (38 anos, Contabilidade e Fiscalidade): "Portugal e a Guiné, como sabe, têm uma língua comum, que é a língua portuguesa, que para mim, eu acho, é mais benéfico para a integração em termos linguísticos". Para outros participantes, trata-se de um sonho de infância tornado realidade: " Desde pequeno, tinha dois países na mente para fazer a minha formação: Portugal e a Rússia. Outra razão é o fato de Portugal ser um país de língua portuguesa. Além disso, na Guiné não havia curso de mestrado" (João, 41 anos, Antropologia).

A tendência dos EG preferirem Portugal como país para a formação superior deve-se, em grande parte, à língua portuguesa, igualmente falada em Bissau. Mas também à estabilidade do sistema educacional e às oportunidades que o seu diploma oferece aos formados no mercado de trabalho (Doutor & Alves, 2020; Alves & Iorio, 2021; Larbi & Fu, 2017, citado por Doutor, 2024).

Antes de ingressar num curso superior, como é natural, existem estudantes que fazem planificações antecipadas, ponderando o tempo de estudos. Estudar num país cuja língua difere da língua de origem pode ser considerado um desperdício de tempo. Além disso, as relações diplomáticas têm contribuído significativamente no momento da decisão. Foi o que recebemos de um dos participantes:

> Eu sempre falei de Portugal por causa também da língua. Estudar num país como a Rússia, tem que levar um ano ou dois a estudar a língua, e depois, para começar a entrar no curso. Então, isto consome tempo. Em nível linguístico, Portugal tem vantagem. Pois, estudar a língua durante dois anos é o tempo suficiente para terminar um mestrado. Além disso, percebemos que Portugal tem um sistema semipresencial igual ao da Guiné-Bissau. Isso ajuda muito a quem pretende fazer Direito. Também, por causa das relações diplomáticas e laços históricos entre os dois países, isso contribuiu nessa escolha. (Helder, 36 anos, Direito em Ciências Jurídica e Política)

Igualmente, o participante com quem tivemos uma conversa considera a língua um elemento influenciador na sua escolha, mas destaca também a necessidade de estar perto do círculo familiar: "Portugal, tendo em conta a língua que entendo, e também porque a minha família toda já estava cá a viver. O meu pai, a minha mãe e os meus irmãos já estavam cá" (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração). Essa necessidade abrange outros entrevistados. Sirem (28 anos, Serviços Sociais) afirma: "Um dos motivos foi a minha família, que estava cá toda. Como tinha problemas de saúde, estudar estando com a família era melhor para mim. Não só na minha integração, como também me sentiria psicologicamente bem".

Há largos anos, Portugal tem sido um centro de acolhimento de grupos de estudantes vindos da Guiné-Bissau, sobretudo no que se refere aos estudantes do ensino superior. As

universidades portuguesas são as mais procuradas para a continuação dos cursos superiores dos jovens guineenses.

Barreiras económicas e financeiras

As principais categorias identificadas são: dificuldades financeiras, dificuldades materiais, dificuldades de alojamento, necessidade de estudar e trabalhar simultaneamente e dívidas.

Dificuldades financeiras

As dificuldades financeiras começam pela diferença de custo de vida entre Portugal e Guiné-Bissau. Guiné-Bissau é um dos países mais pobres de África. O nível de custo de vida em relação a Portugal é desproporcional. Quando se muda de país, nota-se de imediato:

> Como sabes, o custo de vida cá em Portugal é completamente diferente do da Guiné: propinas, residência, transporte, alimentação... (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial).

Uma boa parte dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal está abrangida pelo regime de estudante internacional, que permite a cobrança de propinas mais elevadas para estes estudantes. Geralmente, eles suportam não só os custos da formação, mas também despesas para cobrir o custo da vida em Portugal, o que implica recursos financeiros suficientes — algo quase impossível para muitos. A propósito desta dimensão, ouvimos o que dizem os nossos participantes:

> Tinha também que pagar as propinas sem ter encontrado um emprego. Isso é difícil em Portugal. O meu rendimento em Bissau não cobria tanto as minhas despesas cá. (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental)

No entanto, um dos entrevistados revela os pesadelos vividos, ao ponto de ver os seus ordenados bloqueados no país de origem:

> Os pesadelos continuaram. Passados seis meses, bloquearam o meu salário. A minha esposa e os meus filhos ficaram sem dinheiro para alimentação, renda e escola. O que eu recebia era insuficiente para ajudar a família e pagar as minhas despesas aqui. Lembro-me de um colega que trabalhava apanhando ostras nas margens do rio, só para sobreviver e sustentar os seus estudos. Só para ver o que os estudantes guineenses passam aqui. (João, 41 anos, Antropologia)

As palavras seguintes evidenciam como as dificuldades financeiras, associadas a responsabilidades familiares acrescidas durante os estudos, podem afetar o percurso académico:

> Em termos financeiros, no início, não tive dificuldade. Mas depois que entrou a pandemia, fiquei sem dinheiro. Tive um bebé, e aí começou a desistência. Mas a questão não era só a propina. Eu tinha a minha vida pessoal, tinha outras despesas. Já tinha um filho, tudo por minha conta. Então, essa foi a razão. A verdadeira razão da desistência foi a vida financeira. Esse é o primeiro motivo. Segundo, eu tive um bebé. (Elsa, 32 anos, Direito)

A narrativa seguinte do participante evidencia como a insuficiência financeira pode desencadear uma série de outros problemas para os estudantes. O dinheiro não apenas viabiliza a permanência nos estudos, como também assegura a manutenção da condição legal no país. Sem recursos, o estudante corre o risco de perder o direito de permanência legal em Portugal, o que pode agravar ainda mais a sua situação:

> Essas dificuldades vão-se agravando com o tempo. Não é nada como eu esperava. Até que um dia, sentei numa biblioteca e pensei: "Epá, se eu tivesse dinheiro, preferia regressar para a Guiné em vez de continuar com tantas dificuldades." Não era fácil. Eu só tomava banho no trabalho e ia logo para a faculdade. Às vezes sem dinheiro, às vezes era difícil até para carregar o passe, porque na altura era 69 euros por mês. Imagina, esse valor era quase um salário mínimo lá na Guiné. Tinha que pagar a faculdade. Senão, não obtinha a declaração de regularização da dívida, que é um documento fundamental para os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para a concessão do título de residência aqui em Portugal. É mais por questões financeiras, que é a principal razão. É difícil um estudante suportar a mensalidade da faculdade, a renda de casa aqui em Portugal e todas as despesas correntes, e ao mesmo tempo estudar. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Dificuldades materiais

Os participantes revelam que as dificuldades financeiras, sobretudo a falta de materiais básicos, influenciam decisivamente o abandono. Um dos participantes explica que não desistiu por desinteresse, mas porque o seu computador era demasiado antigo e lento, impossibilitando o trabalho académico. Sem condições financeiras para adquirir um equipamento novo, especialmente tendo família a seu cargo, acabou por abandonar. Acredita, contudo, que teria continuado os estudos se dispusesse de um computador adequado:

> Por outro lado, tinha um computador com Windows 7, incompatível com os programas e plataformas que usávamos – processava tudo lentamente. Um trabalho que devia entregar em dois dias, eu levava duas semanas. Pedi emprestado o computador de um colega, mas ele pegou-o de volta duas semanas depois, em plena fase de avaliações. Não pude comprar outro, pois ganhava pouco e tinha a minha família na Guiné (esposa e filhas) que dependia do dinheiro que eu enviava mensalmente para pagar a renda, a escola, alimentação, etc. Pensei em desistir quando o meu computador se apagou em plena fase de avaliações. Não consegui entregar todos os trabalhos solicitados pelos professores, salvo um. Fiquei frustrado. Se tivesse um computador, não teria desistido. (João, 41 anos, Antropologia)

Para a nossa entrevistada, Aminata, o seu único recurso era o celular:

> Na altura, não tinha nada, apenas o meu celular, onde eu guardava as matérias. Lia diretamente no celular. Isso criou-me dificuldade. (Aminata, 29 anos, Gestão Turística)

Esta experiência mostra que nem todos os EG no ensino superior têm recursos suficientes para prosseguir os estudos.

Dificuldades de Alojamento

Nesta dimensão, um participante destaca um momento difícil que viveu durante os estudos em Portugal, quando se encontrava sem emprego. A ajuda dos colegas que o acolheram reduziu o sofrimento, embora não o tenha eliminado por completo. Teve de sair temporariamente da casa para dar lugar ao proprietário. Apesar das dificuldades enfrentadas, tentou resistir, mas sem sucesso. Ainda assim, o participante sublinha o apoio da esposa, que o encorajou a procurar um quarto e lhe deu apoio financeiro:

> Duas semanas depois, recebemos a informação de que o proprietário da casa viria passar férias com a família. O meu amigo disse-me para eu procurar um quarto onde pudesse ficar durante os dias em que o dono estivesse de férias. Ele tentava animar-me, para eu não ficar preocupado. Só que isso abalava-me muito. Mesmo assim, continuei a estudar, sem emprego. Fui ter com outro colega que me acolheu durante uma semana. Permita-me realçar algo muito importante, que nunca vou esquecer: a ajuda que recebi da minha esposa. Foi ela que me incentivou a procurar um quarto. Perguntei-lhe: "Como vou pagar a renda?" Ela respondeu: "Eu tiro do meu salário, todos os meses, e envio-te." Muitas vezes, ela enviava-me dinheiro para diminuir o sofrimento. (João, 41 anos, Antropologia)

No âmbito da análise das condições vividas pelos estudantes associadas à falta de alojamento, percebe-se que muitos vivem sufocados, e isso tem as suas consequências. Um exemplo concreto foi a realidade vivida por um entrevistado: "Muita gente dentro da casa…Eu não conseguia estudar em casa. Eu tinha que ir sempre à biblioteca ou ficar num espaço que não tivesse muita gente" (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração). Ainda no que toca às dificuldades de alojamento, um dos participantes destaca que: "Os custos de habitação estão muito elevados. Quando o estudante chega, não consegue pagar. Já tem algumas dívidas na faculdade que estão à sua espera" (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa). Esta situação resulta no atraso da regularização da renda, o que esgota a paciência do senhorio e aumenta as exigências para o estudante, como relata a participante: "Durante esse tempo todo, o senhorio não me dava tempo. Estava sempre a pedir que eu pagasse a renda da casa" (Aminata, 29 anos, Gestão Turística).

Necessidade de estudar e trabalhar simultaneamente

No âmbito do tema barreiras económicas e financeiras, surge também como categoria a necessidade de estudar e trabalhar simultaneamente. Quase todos os entrevistados entendem que é praticamente impossível estudar sem trabalhar. As dívidas que carregam, os custos de alojamento, transporte, alimentação, materiais, livros e outros encargos constituem necessidades que impelam os estudantes a procurarem emprego. Um dos entrevistados referiu: "Passei por isso. O meu pai custeava o curso, mas houve uma altura em que, mesmo com o apoio dele, eu tinha outras necessidades que ele não conseguia suprir. Isso obrigou-me a começar a trabalhar" (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial).

Embora seja um recurso viável para suprir as dificuldades enfrentadas, uma parte dos participantes lamenta a incompatibilidade entre o horário de trabalho e o de estudos:

> Tive de arcar com todas as despesas sozinho, o que me levou a procurar um emprego. No entanto, o trabalho que consegui não era compatível com o horário das aulas. (Jorge, 33 anos. Ciências Ambientais)

> Saía das aulas, ia trabalhar e voltava para casa descansar um pouco, mas esse tempo não dava, ou seja, esse tempo não era suficiente. A pessoa que está a estudar precisa de um emprego que combine com os horários de estudo. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e administração)

Para além da articulação do horário laboral com o de estudos, responsabilidades familiares são um outro agravante, como revelou uma das participantes:

> O meu turno era pós-laboral. Depois que consegui uma vaga na creche, fui lá tentar mudar o horário, ver se conseguia uma transferência para o horário laboral. Assim, dava-me jeito de levar a menina para a creche e, à tarde, ir buscar. Mas sem sucesso. Aí não tive alternativa. Tive mesmo que parar. Porque eu tinha um bebé para cuidar, não é nada fácil. A única dificuldade é organizar os meus filhos. Vou precisar de um horário em que eu consiga levar os miúdos para a escola e depois ir para a faculdade. À tarde, voltar. Um horário compatível. (Elsa, 32 anos, Direito)

Na opinião de Soares (2010), isto está relacionado com fatores internos e externos, considerando como externos o trabalho, a desigualdade social, a gravidez, a necessidade de cuidar da família, entre outros.

Convém salientar que quase metade dos entrevistados acredita que o único mecanismo para superar as dificuldades financeiras é o recurso ao emprego: "Tive que tirar outro curso profissional – um curso profissional de vigilante, que é de curta duração – para poder ter um emprego aqui, mais ou menos acima do ordenado mínimo, mas que não é nada tão significativo" (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade). Contudo, para Elsa, ter um emprego que cubra as despesas afeta a disponibilidade e o compromisso com os estudos: "Tendo muitas horas de

trabalho, a pessoa pode ter dinheiro para pagar algumas contas, mas não terá tempo para estudar. Isso acaba por afetar o psicológico e leva a pessoa a desistir" (Elsa, 32 anos, Direito).

Ainda no que tange à incompatibilidade dos horários de trabalho e de estudo, surge o choque de interesses entre o empregador e o estudante. Contudo, a voz dominante será sempre a do empregador. Um dos participantes relata a sua experiência:

> O maior problema que tive foi o tempo para ler os artigos e ir à universidade, sobretudo aos sábados. O meu encarregado não aceitava dispensar-me para ir à universidade. Ele até me dizia para escolher entre o trabalho e os estudos. Perguntava-me por que eu estava a fazer mestrado. Ele ficava mal comigo quando fazia um pedido desses. Também não podia ficar sem trabalhar, porque não teria como pagar as minhas propinas e outras despesas. Isso incomodava-me muito. O estudante precisa conjugar os estudos com o trabalho. Nem sempre os horários das aulas são compatíveis com os do trabalho. Sobretudo o estudante que tem família a sustentar na Guiné, com despesas de renda e propinas; ao ser confrontado com essa inconveniência, acaba por desistir. (Suleimane, 45 anos, Administração Educacional e Regulação da Educação)

Ter um emprego não significa resolver todos os problemas que afetam o percurso académico dos estudantes. No entanto, é essencial que esse emprego não prejudique os estudos, sobretudo no que concerne à carga horária. Quando o tempo de trabalho é maior do que o de estudo, isso pode conduzir o estudante ao insucesso académico. Importa lembrar que o objetivo não é gerar rendimentos, mas obter conhecimento e o diploma de formação. Outro entrevistado considera que os obstáculos enfrentados levam o estudante a uma única opção: desistir e trabalhar:

> Um dos motivos deve-se à situação financeira, alojamento, propinas elevadas e dificuldades de articular o tempo de trabalho e de estudo. Para uma pessoa que deixou família, 3 a 4 filhos para sustentar na Guiné, com essas despesas todas, não terá outra opção senão desistir e procurar um emprego para cobrir essas despesas. Por vezes, esses estudantes desconhecem da realidade vivida em Portugal. Por isso, têm tendência a abandonar os estudos. (Samba, 48 anos, Educação Ambiental)

Coimbra e Fernando (2013) denominam esta situação de desistência sem expectativas, quando um estudante que frequenta um determinado curso superior decide abandonar os estudos não apenas por necessitar de cobrir as suas despesas, mas por querer sustentar a sua família. Além disso, entendem esta realidade como um choque entre as expectativas familiares e o quotidiano vivido na escola.

Dívidas

Entre as dificuldades financeiras, as dívidas constituem outro dos principais obstáculos para os estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. Logo à chegada, os estudantes podem enfrentar dívidas em atraso. Esses problemas crescem dia após dia, até que, em várias situações, culminam no abandono.

Essa experiência é evidenciada na conversa com um dos participantes: "Muitos chegam quando o ano letivo já começou – em janeiro, fevereiro, março – e já chegam com dívidas" (Midana, 23 anos, Relações públicas e Comunicação Empresarial). Esses obstáculos podem contribuir para o abandono do curso. Uma das entrevistadas explica a sua experiência: "Eu tinha pago apenas o primeiro semestre. Acabei por acumular dívidas no segundo semestre. Isso também me levou a desistir e ir trabalhar" (Aminata, 29 anos, Gestão Turística).

De igual modo, Filipe revela as dificuldades vividas, que infelizmente resultaram na perda de uma disciplina curricular, provocando atraso no seu percurso académico:

> No primeiro ano, cheguei cá com uma dívida enorme na faculdade. Mas também como tinha conseguido um empréstimo no banco lá na Guiné, cheguei cá e paguei logo um valor de mil e tal euros da dívida. Tinha uma dívida de dois meses, salvo erro. O sistema não permitia ao professor lançar a minha nota. Acabei por perder essa cadeira, essa disciplina, por causa do atraso. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Na qualidade de membro da direção da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa, Anselmo faz uma síntese do que acontece com um estudante recém-chegado:

> Sabemos que o ano letivo inicia aqui em setembro. Chegam entre abril, maio e junho. O que é que isso gera? Uma dívida na faculdade. O aluno, ao chegar aqui em Portugal, já está com uma dívida à espera, antes de iniciar as aulas. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

Os principais problemas dos estudantes guineenses, sobretudo aqueles com estatuto de estudante internacional, logo à chegada, são as dívidas causadas pelo atraso na obtenção do visto. Sem pagar, não conseguem aceder às plataformas da universidade nem obter a declaração necessária para o título de residência. A falta desse título dificulta arranjar um emprego de qualidade. No fundo, segundo um dos entrevistados, esta é uma das razões para muitas desistências:

> Quando chega um estudante, já conta com uma dívida de propinas, sobretudo os com estatuto de estudante internacional, que atrasam devido à obtenção tardia do visto. Com essa dívida, não pode ter o código de acesso às plataformas digitais da universidade para poder assistir às aulas. Não pode ter acesso à declaração, um dos documentos que a Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA) exige para ter o seu título de residência. Não tendo o título, nenhuma empresa irá contratá-lo. Se não trabalha, não terá dinheiro; e se não tem dinheiro para pagar,

> acaba por desistir. Com a falta de documentos, acabam por refugiar-se em fazer uns trabalhos clandestinos que não recompensam ou pagam um salário mínimo para, de facto, poder sustentar as suas despesas. No fundo, são essas as razões principais que levam os estudantes guineenses a desistirem dos seus cursos. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

Barreiras de integração sociocultural

Entre as principais barreiras à integração sociocultural que serão a seguir descritas destacam-se choque cultural, clima, dificuldades na adaptação inicial ao país, isolamento social, dificuldades em criar relações sociais, discriminação e complexo de inferioridade.

Choque cultural

As barreiras de integração sociocultural constituem uma dimensão determinante, dado o seu impacto na vida académica dos estudantes internacionais – em particular, dos guineenses no ensino superior em Portugal. Elas figuram entre os motivos de desistência de vários estudantes guineenses. Quando se trata de adaptação cultural, integração social, formas de convivência e domínio da língua, sobretudo o português académico, emergem desafios que nem sempre se revelam favoráveis para esses estudantes.

A diferença cultural pode traduzir-se em choque cultural. Muitos consideram distintas as culturas de Portugal e da Guiné-Bissau. Um dos participantes descreve a sua experiência da seguinte forma:

> Ao sair da Guiné, um país com uma cultura completamente diferente da de Portugal, há um processo de adaptação que, para alguns, leva tempo. (Midana, 23 anos, Relações públicas e Comunicação Empresarial)

Clima

O clima constitui outro obstáculo à adaptação dos estudantes guineenses. A Guiné-Bissau, com clima tropical quente e húmido, difere consideravelmente de Portugal. A mudança ambiental pode dificultar a adaptação. Um participante relata:

> O clima também foi um dos obstáculos que enfrentei. Mal saí da porta no aeroporto, mandei os pés para trás. Perguntei logo à pessoa que me foi buscar: “O que é isso, mano? Como é que vocês aguentam isso? ”Ele depois tirou o casaco que tinha na mão e deu-me, porque aquilo era um teste. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Outra entrevistada narra:

> O clima foi outro obstáculo. Tive que comprar casaco para começar as aulas. (Aminata, 29 anos, Gestão Turística)

Isolamento social e dificuldade em criar relações

As universidades portuguesas acolhem estudantes de diversas nacionalidades, culturas e hábitos. Entre eles, as relações podem ser favoráveis para uns e menos favoráveis para outros, sobretudo se considerarmos a presença de pessoas tímidas. Um entrevistado relata: "Na sala tinha uma grande mistura na nossa turma. Acho que tínhamos quase todos os cidadãos dos países da CPLP. A minha relação na universidade com os colegas foi sempre fantástica, disso não tenho queixas" (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental). No entanto, as relações nem sempre são positivas, como ilustra João: "Eu era o único africano na turma; só mais tarde chegaram outros. Quando pedia esclarecimentos aos colegas, ninguém aceitava, alegando falta de tempo. Ao sairmos das aulas, cada um corria para cumprir outra agenda" (João, 41 anos, Antropologia). Elsa, outra participante, explica como ultrapassou a situação: "Solicitava às colegas que me esclarecessem algumas dúvidas, mas acabavam por recusar. Até que um dia, uma colega de turma me disse para gravar as aulas e ouvir depois em casa. Isso ajudou-me muito" (Elsa, Direito).

Quase metade dos participantes mencionou dificuldades semelhantes:

> A minha integração nessa turma foi muito difícil. Tinha só um colega guineense com quem eu falava, e os outros, cada qual por si. Não havia aquela interação, pelo menos quando se tinha dúvidas, para ter a quem recorrer. Nesse sentido foi difícil. Precisava de alguém que me explicasse as disciplinas cujos conteúdos já tinham sido desenvolvidos. Mas isso não foi o caso; a pessoa tinha que se esforçar ainda mais. Não havia abertura. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Vários participantes referiram sentir isolamento durante os estudos, devido a barreiras linguísticas, culturais e relacionais — situação agravada quando se vive longe da família. Para muitos, esse isolamento dificultou a adaptação:

> Sentia-me isolado. Esse medo de errar, aliado à falta de acolhimento no início, criou um clima de solidão. (Midana, 23 anos, Relações públicas e Comunicação Empresarial)

Elsa destaca, ainda, a língua como fator de afastamento:

> Na sala de aula, você vê uma colega, tenta se aproximar, e ninguém quer ficar perto de ti. Por causa da dificuldade na pronúncia. (Elsa, 32 anos, Direito)

Um representante de associação estudantil relata:

> Os africanos, muitas das vezes, ficam muito isolados num sítio. Isso, muitas vezes, não ajuda na progressão. Não fazem as perguntas. Mesmo se os professores lançarem as suas perguntas na sala, ficam todos calados. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

As salas de aula reúnem estudantes de realidades socioculturais distintas; por vezes, é necessária iniciativa individual para fomentar a interação.

Discriminação

A discriminação, segundo vários entrevistados, é uma realidade nas universidades portuguesas e atua como elemento desmotivador que leva ao abandono do ensino superior:

> Quando tentava aproximar, o outro lado fugia. Comportavam-se de forma discreta e inteligente, mas para quem sabe ver as coisas percebe que é isso. Os nativos daqui não queriam misturar-se com os que vieram. Fazem um grupo diferente. Preferem escolher entre eles e deixar os que vieram da África — por exemplo, os alunos com mais dificuldades. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Outro participante reforça:

> Até quando se incluía alguém, por exemplo, no nosso grupo, essa pessoa acabava por abandonar o grupo para integrar outro. Não há outra palavra além de discriminação. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Aminata relata discriminação por parte de colegas e professores:

> As meninas não se aproximavam de mim. Afastavam-se, nem sequer falavam comigo. Apesar disso, nos trabalhos de grupo, o professor misturava a gente, mas eles nunca queriam isso. Para mostrar insatisfação, faziam gestos como quem diz que tu não sabes nada. Uma professora nos tratava de forma diferente. Ela comportava-se muito bem com os brancos, mas, quando era a vez dos africanos, ficava com cara de poucos amigos. (Aminata, 29 anos, Gestão Turística)

Complexo de inferioridade

O complexo de inferioridade é uma situação recorrente entre os estudantes vindos da Guiné-Bissau. Dada a realidade do sistema de ensino na Guiné, que enfrenta enormes dificuldades de afirmação, muitos estudantes chegam com fragilidades académicas. Quando chegam a Portugal, perante uma realidade académica diferente, desenvolvem aquilo que se pode chamar de complexo de inferioridade. A declaração seguinte ilustra esse sentimento:

> Vinha com um complexo de inferioridade, achava que os outros eram superiores, que não tinha o direito de opinar. (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação)

Por outro lado, a nossa participante assume a sua timidez perante os colegas de turma, o que a levava ao isolamento:

> Outra dificuldade foi a integração. Eu era uma pessoa muito tímida. Por minha culpa, ficava distante dos meus colegas. A universidade não tinha nenhum estudante guineense e poucos dos PALOP. Ficava no meu cantinho com aquele receio de falar com os colegas. Nem saía no intervalo, nem ia à cantina comer, permanecia na sala. Eu vinha com o complexo de inferioridade, porque vim dum país pobre e com o sistema de ensino fraco. (Sirem. 28 anos, Serviços Sociais)

Barreiras académicas

Diferença curriculares e pedagógicas

A Guiné-Bissau e Portugal, embora partilhem a mesma língua e acordos bilaterais no âmbito da educação superior, possuem sistemas de ensino diferentes. Quando ocorre uma mudança repentina de paradigma, naturalmente, o processo exige um período de adaptação. Antes de se adaptarem, os estudantes enfrentam múltiplos obstáculos. É possível compreender isso por meio das entrevistas realizadas. O João relatou: "No início, tive muitas dificuldades nos trabalhos. O modelo de avaliação era totalmente diferente do que eu estava habituado na Guiné. Com o tempo, acabei por me adaptar" (João, 41 anos, Antropologia).

O currículo, sendo um instrumento pedagógico que orienta o processo de ensino e aprendizagem, também foi evidenciado no discurso de Ivandro:

> No que toca aos cálculos, a matemática que eles dão aqui — nunca vimos na Guiné. Estou a falar de boca cheia: nunca vimos na Guiné. A matemática é um bocadinho mais avançada. Também tínhamos cadeiras com os cálculos das operações financeiras. Uma das coisas que nunca vi. Nunca vi um tópico daquilo. A realidade não tem nada a ver com a outra, e ao chegar aqui e enquadrar na matéria deles logo no início, é um bocadinho difícil, mas não é impossível. Porque acabei por entrar lá. Acabei por perceber o que eles falavam, o que eles tocavam. Os colegas que estavam lá ajudaram-me. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

A mesma dificuldade relativa a diferenças curriculares é referida pelo membro da Associação entrevistado:

> Estamos a falar de matemática A; nós estudámos lá matemática B. E o próprio inglês é um dos obstáculos. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

No entanto, outra participante sublinhou igualmente que teve dificuldades em adaptar-se ao modelo de trabalhos escritos realizados:

> Também tive dificuldades de adaptação ao sistema de ensino. Tinha dificuldades de organizar o trabalho, de apresentar e mesmo de organizar o tempo de estudo. (Sirem, 28 anos, Serviços Sociais)

Dificuldades linguísticas

Apesar de a Guiné-Bissau ser um país cuja língua oficial é o português, as dificuldades linguísticas foram evidenciadas por vários estudantes entrevistados como um dos principais obstáculos na adaptação ao ensino superior. Por outro lado, essas dificuldades podem motivar o insucesso académico. Um dos participantes afirmou: "o que motivava as minhas dúvidas e, em alguns casos, a dificuldade na compreensão da matéria devia-se à rapidez com que falavam os professores" (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental). Essa declaração foi reafirmada por Elsa, outra participante: "No primeiro dia de aulas eu não entendia nada do que o professor falava, porque, para mim, ele falava rápido" (Elsa, 32 anos, Direito). Na mesma linha de raciocínio, Aminata explicou: "Uma das dificuldades tinha a ver com a rapidez com que os professores falavam. Praticamente, não compreendia nada" (Aminata, 29 anos, Gestão Turística).

Doutor (2024) acredita que um estudante com habilidades na língua portuguesa tem maior probabilidade de adaptação sociocultural e académica em Portugal. A falta dessas aptidões pode dificultar a sua integração. Quando um dos entrevistados foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas durante os estudos, João disse:

> Foi a adaptação, à forma como os portugueses falam – a pronúncia e a fonética. Os professores falam com uma velocidade que, nos primeiros momentos, não era fácil compreender. A rapidez com que falavam não era compatível com a minha capacidade de raciocínio e de captação. (João, 41 anos, Antropologia)

Midana, um dos entrevistados, relatou que a adaptação ao modo de falar dos professores influenciou a sua participação nas aulas:

> Há também o desafio de adaptar-se ao sotaque português. Às vezes, parecia que não entendia o que os colegas diziam. Houve momentos em que, mesmo sabendo a resposta a uma pergunta, eu não falava por medo de errar — por não dominar bem a língua. (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação)

O testemunho seguinte menciona que o seu vocabulário era diferente do léxico académico utilizado pelos professores, o que, em determinado momento, lhe criou desmotivação e vontade de desistir:

> A língua foi um dos obstáculos. Quando o professor falava, parecia que eu estava noutro planeta ou a falar uma língua que eu nunca tinha ouvido, e fiquei assim naquele dilema. Ok, eu acho que vou desistir. Não, não vou desistir. Não conseguia entender o que o professor falava, principalmente quando usava a linguagem jurídica, ou seja, o vocabulário técnico — isso me atrapalhava. Resumidamente, o meu vocabulário era pobre, isso complicava a minha compreensão. Tive que fazer muita leitura, absorver o significado das palavras. Isso ajudou-me bastante. (Sirem, 28 anos, Serviços Sociais)

No entanto, os relatos sobre embaraços com o português académico usado pelos professores portugueses não terminam aqui. Um dos entrevistados disse que se sentia triste pela situação vivida:

> O português que falavam aqui parecia que estavam a correr. Acabei por ficar triste. Um dia falei para uma pessoa ao meu lado: "Olha, será que vou aguentar aqui?" E a pessoa disse-me: "Olha, vais ter que escolher. Ou vais para as obras ou ficas aqui, aguentas e sais como formado." (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Ainda, Anselmo, em representação da associação dos EG em Lisboa, aponta as dificuldades de ordem linguística como sendo obstáculos enfrentados pelos EG no ensino superior em Portugal, e relata a sua experiência enquanto estudante:

> Primeiro, o obstáculo que nós constatamos logo no início tem a ver mais com a expressão linguística. Após a minha chegada em Lisboa, no primeiro dia em que fui às aulas, tive uma professora que estava a explicar a matéria e perguntar se os alunos estavam a perceber, e eu pessoalmente não percebi — e pensava que a cadeira em causa era espanhol. Eu fiquei tão curioso, tão curioso, que fui ver o meu horário. Mas quando vi o meu horário, constatei, de facto, que não era nada espanhol, era português, porque o som do sotaque era absolutamente diferente. Portanto, essa é a minha experiência pessoal. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

Dificuldades com a informática

As barreiras académicas constituem um dos maiores obstáculos vivenciados por estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. Aliás, interferem na integração e no rendimento desses estudantes. Entre os participantes entrevistados, uma boa parte vivenciou tais barreiras durante os estudos, sobretudo no que concerne às dificuldades com a informática. Um deles afirmou:

> Tinha pouco conhecimento de informática. A minha esposa até tinha tomado a iniciativa de me inscrever num curso de informática básica, mas não foi suficiente. Quando cheguei aqui, tudo era diferente. Não percebia como funcionavam as plataformas digitais, onde quase tudo se encontra. (João, 41 anos, Antropologia)

Essa declaração foi referenciada na entrevista realizada com o Midana:

> Outra dificuldade comum aos estudantes guineenses é a informática. Também passei por isso, mas com menos impacto. (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial)

Falta de acompanhamento e orientação académica inicial

Apesar das várias dificuldades citadas pelos entrevistados, há quem lamente não ter recebido apoio. O Jorge relata:

> Não recebi qualquer apoio por parte da universidade, apenas dos meus colegas de turma, que sempre me motivaram a continuar. (Jorge, 33 anos, Ciências Ambientais)

O acompanhamento é uma ação importante para o estudante na fase inicial dos estudos académicos. É um momento muito delicado, que exige a presença de um tutor. Na ausência desse acompanhamento inicial, a autodeterminação parece ser a solução para alguns:

> No primeiro trabalho, ninguém me escolheu. Falei com a professora e ela autorizou-me a fazer o trabalho sozinho. Isso ajudou-me imenso. (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial)

A Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa, sendo uma das organizações que acolhem os estudantes, descreve o estado psicológico dos seus associados nos primeiros tempos dos estudos académicos: "Eles sentem-se isolados, sem nenhum seguimento" (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa).

Falhas institucionais e políticas públicas

Falta de política de apoio

A falta de políticas de apoio, segundo os entrevistados, pode comprometer as aspirações e a vida de estudantes que pretendem obter o diploma do ensino superior para contribuir para o desenvolvimento do seu país. Por isso, é indispensável que essas políticas sejam consistentes, de modo a assegurar resultados bem-sucedidos a curto prazo. Esta lógica é sublinhada por uma das participantes:

> Os estudantes guineenses precisam de muito apoio. É preciso criar condições de alojamento, apoio financeiro, apoio material (como computadores), e oferecer oportunidades de emprego aos estudantes, para que possam suportar as suas despesas. (Aminata, 29 anos, Gestão Turística)

As políticas de apoio bem-sucedidas conduzem o estudante ao caminho do êxito e evitam o abandono do curso, sobretudo quando abrangem os mais desfavorecidos.

Bolsas de estudo ou apoios financeiros necessários

O investimento na educação significa criar condições para a capacitação dos recursos humanos, que constituem a base do desenvolvimento das sociedades e do país. O discurso de um dos participantes evidencia que as bolsas de estudo têm sido determinantes para prosseguir a formação sem dificuldades, uma vez que criam todas as condições elementares para que um estudante alcance sucesso académico: "Na licenciatura, tive todas as condições para estudar, inclusive uma residência. Disso não tenho queixa. Essa bolsa foi positiva. Todas as promessas foram cumpridas" (Helder, 36 anos, Direito em Ciências Jurídica e Política). Na mesma linha de raciocínio, há quem defenda a necessidade de as bolsas de estudo terem financiamento integral: "Para mim, a primeira questão é ter uma bolsa financiada a 100%. Imagina ter uma bolsa financiada a 100%… não vais precisar de trabalhar 8 horas para sustentar o curso e a estadia" (Elsa, 32 anos, Direito).

Propinas elevadas para os estudantes internacionais

Uma política pública que influência negativamente a possibilidade de os estudantes guineenses terem sucesso nos estudos é a política de propinas aplicável aos estudantes internacionais. O estatuto de estudante internacional é um regime no qual, geralmente, os próprios estudantes suportam integralmente as despesas da formação académica — ao contrário do regime especial, no qual uma parte dos encargos é assumida pelo Estado. Um dos entrevistados afirma:

> Quando eles chegam aqui em Portugal, já têm uma dívida muito elevada. A maioria chega por regime especial ou como estudantes internacionais. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

A Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa destaca, de forma particularmente elucidativa, a diferença entre o regime especial e o estatuto de estudante internacional:

> Regime especial são aquelas bolsas que o Estado português dá aos países da CPLP. O valor das propinas é igual ao dos nacionais. Isso para facilitar a entrada dos estudantes desses países no ensino superior sem fazer um teste escrito. Ao passo que, no regime de estudantes internacionais, existe uma candidatura lançada por uma instituição, seja privada ou semipública. Geralmente, as suas propinas são muito elevadas; o valor ronda entre 2.000 a 3.000 euros, até 5.000 euros anuais. Assim funciona o regime de estudantes internacionais. Quando você chega cá atrasado, já tem uma dívida à espera. Por isso, é preciso ter um encarregado de educação para apoiar financeiramente. Os primeiros tempos dos estudantes cá têm que ser apoiados — foi o que eu defendi ao longo dos tempos.

Essas dívidas geram no estudante uma frustração considerável. Em vez de se concentrar na integração escolar e na familiarização com os conteúdos curriculares das disciplinas, o estudante vê-se obrigado a procurar formas de regularizar as dívidas acumuladas. Por vezes, opta por procurar um emprego e, ao consegui-lo, pode deparar-se com incompatibilidades entre os horários de estudo e de trabalho ou com a exigência de longas horas laborais.

Atraso na emissão de vistos de estudo

Os atrasos na emissão de vistos afetam, de igual modo, a capacidade de os estudantes guineenses serem bem-sucedidos nos estudos. A maioria dos participantes entrevistados aponta os constrangimentos burocráticos — nomeadamente a demora na emissão de vistos de estudo junto da Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau — como uma das barreiras enfrentadas, que acaba por gerar outras dificuldades. Não só chegam tarde, perdendo parte do ano letivo, como se deparam também com dívidas nas propinas:

> Não consegui chegar aqui a tempo devido aos problemas burocráticos na obtenção do visto de estudo na embaixada de Portugal em Bissau. Para a aquisição do título de residência, era necessária a declaração da universidade, um dos documentos exigidos pelo SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras). Para ter essa declaração que comprovava que eu era estudante da universidade — que custava 100 euros — eu tinha que pagar todas as propinas em atraso, e na altura não estava a trabalhar. (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental)

No entanto, apesar de comum, nem todos os estudantes foram afetados por esta situação relativa aos vistos de estudo, sobretudo aqueles que vieram por meio de bolsas do Regime Especial, como relata um dos entrevistados:

> Eu vim pelo Regime Especial, quase fomos os primeiros a beneficiar dessas bolsas. Nessa altura, não havia tanta dificuldade. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

De igual modo, outro participante destaca os problemas burocráticos como um dos motivos do seu atraso na chegada a Portugal: “Esse atraso teve a ver com questões burocráticas na Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau, para a concessão do visto de estudo. Foi isso que causou aquele atraso” (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade).

Os problemas burocráticos afetam diretamente os estudantes. Alguns chegam ao país e deparam-se com dívidas de propinas em atraso antes mesmo de iniciaram as aulas:

> Cheguei com dois meses de atraso e encontrei uma realidade muito diferente da que imaginava. Como vim a título pessoal, deparei-me com a necessidade de tratar de documentos, pagar

> propinas em atraso, além dos custos com transporte e alimentação. (Jorge, 33 anos, Ciências Ambientais)

O membro da Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa realça a necessidade de o Estado português, através da sua embaixada em Bissau, encontrar mecanismos para ultrapassar os constrangimentos burocráticos na emissão de vistos de estudo:

> O Estado português tem que começar a deliberar os vistos de estudo em tempo real. Os estudantes precisam chegar aqui em setembro ou antes. Dar vistos a todos os estudantes matriculados sem demora para que cheguem a tempo e iniciem as aulas. Portanto, evitando essas dívidas, porque isso acaba por influenciar muitas coisas e levar os estudantes ao abandono. (Anselmo, Associação dos Estudantes Guineenses em Lisboa)

Os problemas burocráticos têm grandes repercussões na vida dos estudantes, dado que contribuem para a chegada tardia ao país. Quando o estudante chega atrasado, é natural que encontre dívidas de propinas acumuladas, o que dificulta a integração imediata no sistema. Tal situação pode resultar em insucesso académico, desmotivação e até abandono do curso. Segundo Doutor (2024), os EG começam a sentir dificuldades enquanto aguardam os vistos de estudo nas embaixadas de Portugal em Bissau. Essa demora resulta no atraso da chegada a Portugal e no consequente acúmulo de dívidas de propinas e na perda de parte do ano letivo.

Motivação e persistência

Considerando os obstáculos enfrentados, a motivação e a persistência são fatores determinantes no processo de aprendizagem e no sucesso académico. A ausência desses elementos compromete o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo estudante. Embora confrontados com múltiplos desafios, os estudantes guineenses entrevistados destacam essas dimensões como razões fundamentais para a continuidade dos estudos.

Interesse e paixão pelo curso

As motivações para a escolha de um curso são diversas e exigem ponderação, articulação com o futuro e afinidade pessoal. Um participante explica a sua decisão à luz do seu interesse para o curso:

> Escolhi este curso porque é uma área da História. Trata da sociedade, da nossa cultura, da nossa tradição – conhecer a sociedade em si e a sua evolução. É um curso que também faz parte da História. Conhecer a vida do homem é a mesma coisa que a Antropologia: conhecer a evolução

> e a capacidade humana. É por isso que escolhi essa área para fazer o meu mestrado – porque é uma área social que ajuda bastante a aprofundar o conhecimento sobre o homem. Gosto muito de conhecer a vida do homem, seus fazeres, a sua cultura e os seus hábitos. (João, 41 anos, Antropologia)

Outra participante revela que o seu curso era um sonho de infância:

> Eu escolhi este curso porque me identificava com ele. Era meu sonho desde criança. Eu tinha vontade, e aliás, ainda tenho vontade de ser uma advogada ou uma juíza. (Elsa, 32 anos, Direito)

Midana acrescenta:

> Ao longo do curso fui descobrindo o que realmente era Relações Públicas e Comunicação Empresarial e acabei por me apaixonar pelo curso. (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial)

Por fim, Filipe sintetiza a motivação mais profunda:

> A Contabilidade e Fiscalidade é o curso pelo qual tenho paixão; quando vi, nem hesitei em escolher o curso. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Apoio familiar

A motivação e a persistência constituem dimensões fulcrais no percurso académico no ensino superior, pois representam um impulso determinante que leva o estudante a mobilizar a sua autodeterminação para ultrapassar os obstáculos enfrentados.

O apoio familiar é considerado um gesto de grande significado para o estudante, sobretudo na vertente psicológica, produzindo a sensação de que não está sozinho. Esse suporte não se restringe ao auxílio material; pode igualmente assumir natureza emocional. Como declara um participante: "O meu pai encorajou-me a continuar" (Midana, 23 anos, Relações Públicas e Comunicação Empresarial). Enquanto alguns desistem, outros manifestam a vontade de perseverar: "Enquanto o meu país não oferece melhores condições de regresso, vou continuar até fazer o doutoramento. Depois, se vê" (Helder, 36 anos, Direito em Ciências Jurídica e Política).

A ausência de apoio familiar pode influenciar profundamente o percurso académico dos estudantes no ensino superior, podendo inclusive conduzir ao abandono, como ilustra o seguinte testemunho:

> A minha irmã, que pagava as propinas para mim, acabou por parar devido a questões financeiras. Eu compreendi perfeitamente a situação dela. Ela é que pagava o transporte, a alimentação e as propinas. Ela sozinha fazia tudo isso. Não dava para tomar conta de uma pessoa adulta, que, acima de tudo, precisava mais — por exemplo, comprar livros, fazer cópias e imprimir

> documentos. Eu tive que desistir porque a minha irmã já não estava a conseguir ajudar. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

A vertente psicológica foi igualmente destacada por Elsa, que demonstra a importância da presença familiar nos momentos críticos da vida académica. Contudo, esse apoio nem sempre está disponível:

> Às vezes precisamos de apoio psicológico da família. Um apoio psicológico da família ajuda muito. Contudo, isso quase não acontece. Os familiares acabam por nos orientar a arrumar um emprego. Ninguém te anima, ninguém te motiva a estudar. O que mostram é o trabalhar para ter dinheiro. Mas ninguém pensa que, se tu estudares, um dia vais ter uma vida melhor. (Elsa, 32 anos, Direito)

Face ao elevado custo de vida, o acolhimento familiar nem sempre é possível. Alguns estudantes relatam situações bastante difíceis:

> Os familiares que eu tinha cá não me aceitavam receber. O meu primo teve que pedir a um conhecido para me conceder um espaço na casa dele para eu poder estudar. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

Existem também famílias que, sobrecarregadas com inúmeros encargos, não conseguem apoiar os seus filhos:

> O meu pai, na Guiné, queria que eu continuasse a estudar, mas não tinha possibilidades de me apoiar. Tinha que pagar a escola dos meus irmãos e alimentação. O salário da Guiné não era compatível com o que pagávamos aqui. (Aminata, 29 anos, Gestão Turistica)

Apoio e motivação dos docentes

Os docentes exercem um papel decisivo na vida académica dos estudantes, intervindo direta ou indiretamente no processo de aprendizagem. O seu contributo pode ser determinante para a permanência e o sucesso académico.

O testemunho seguinte ilustra o esforço de um docente para apoiar um estudante em processo de adaptação:

> Tinha professores muito carinhosos e de enorme qualidade. Um desses professores fez um esforço enorme para me encontrar alojamento na universidade, sem sucesso. (Samba, 48 anos, Educação Ambiental)

Outra participante partilha igualmente a relevância do apoio docente:

> Graças a Deus, uma senhora cabo-verdiana que trabalhava nos serviços académicos e o meu professor de Direito Constitucional ajudaram-me a ultrapassar. (Sirem, 28 anos, Serviços Sociais)

Em síntese, o membro da Associação reforça:

> Um dos motivos apresentados é a integração. Por isso, tentamos criar, nas universidades, alguns tutores para ajudar esses estudantes. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

Apoio da Associação dos Estudantes

Enquanto organização responsável pela representação e defesa dos interesses estudantis, a associação é frequentemente o primeiro recurso procurado pelos estudantes. Apesar das limitações decorrentes da escassez de recursos, continua a promover atividades que contribuem para a formação dos seus associados.

O excerto seguinte permite compreender como a associação tem apoiado estudantes com dificuldades académicas no ensino superior, sobretudo em Lisboa, onde atua:

> Um dos motivos apresentados é a integração. Por isso, tentamos criar, nas universidades, alguns tutores para ajudar esses estudantes — a nível da integração. Somos nós que vamos ao encontro dos estudantes para inteirar-nos dos reais problemas para reportar à embaixada. E já fizemos isso alguns anos atrás, como também neste ano. Andamos de faculdade em faculdade de Lisboa, para compreender as dificuldades, o que é que estão a passar, problemas da língua e de integração? Então, se estão ou não a ter aproveitamentos escolares, etc. No final desse trabalho, nós fazemos o relatório reportando tudo o que constatamos e enviamos à nossa embaixada. Muitas das vezes, a embaixada não responde, fica em silêncio. Isso é lamentável, pois cria muitos entraves no desenvolvimento e na execução das nossas atividades no âmbito da integração. O nosso apoio é tão simples. Nós sempre sensibilizamos os estudantes, por mais que tenham dificuldades que vão enfrentar na vida académica. Mas têm que agarrar essas dificuldades como um desafio. Nós viemos deixar as nossas famílias, o país. Atravessamos o oceano para chegar cá; isso não é uma brincadeira. Não perdemos o foco de concretizar o sonho de vida que muitos esperam e voltar um dia para construir o nosso país, a Guiné-Bissau. Fazemos também outros eventos, como o "bem-vindo caloiro", a recepção dos caloiros, para os novos estudantes serem sensibilizados sobre as dificuldades que vão enfrentar. Já ajudamos também os estudantes a conseguir alguns tutores em diferentes universidades. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

As declarações seguintes confirmam esse apoio: "Procurei a associação de estudantes, aí fui-me encaixando. Tive alguns colegas que me davam apoio. Foi tudo assim" (Elsa, 32 anos, Direito).

Planos de superação das dificuldades académicas e sociais

Quando a vontade é maior que as adversidades, tudo se torna possível. Cada obstáculo enfrentado converte-se numa experiência formadora que leva os estudantes a adotar novas estratégias para ultrapassar as dificuldades.

Um participante relatou como a praxe académica desempenhou um papel decisivo na sua adaptação:

> Praxe académica é uma cultura académica com várias fases. Praxe académica é o grupo composto por estudantes universitários, importante para a integração de novos estudantes. É um espaço em que os estudantes universitários convivem, conversam, tomam café juntos, onde se juntam para socializar e estudar; também realizam várias atividades académicas. A minha participação neste grupo de estudantes foi o que me ajudou a superar os obstáculos linguísticos e de integração. A melhor forma de um estudante se integrar rapidamente é participar neste grupo e seguir todo o percurso. E eu acabei por me integrar muito rapidamente na cultura portuguesa. (Helder, 36 anos, Direito em Ciências Jurídica e política)

Questionado sobre os seus planos de superação, Ivandro relata:

> Comecei a procurar mais livros e a ler mais, procurar saber os temas que elas abordavam. E plataformas que eles têm, fui buscar… ahm… dicionário, para poder perceber os conteúdos abordados. Foi a partir daí que comecei a perceber as matérias. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Impacto do abandono

O abandono é um fenómeno que afeta a vida académica dos estudantes guineenses no ensino superior. Os eventos que dele derivam não só comprometem o percurso académico, como também a vida social. Os seus efeitos têm repercussões incalculáveis. A análise das experiências dos estudantes guineenses entrevistados evidencia essa realidade.

Trauma Psicológico

Os efeitos do abandono são múltiplos. Imaginemos um estudante que acalenta o sonho de obter um diploma do ensino superior e atravessa oceanos em busca da sua concretização. Subitamente, vê-se obrigado a abandonar o curso devido a inúmeros obstáculos. Torna-se evidente a frustração e a desilusão desencadeadas por um sonho adiado. Tal situação pode culminar num trauma psicológico que, por vezes, se traduz em comportamentos autodestrutivos. Um dos participantes descreve como o abandono pode afetar o equilíbrio emocional e as perspectivas de futuro, com base num conhecido:

> Há estudantes que, quando abandonam os estudos, em vez de arranjarem outro mecanismo para seguir os seus objetivos, acabam por adquirir vícios que comprometem o seu futuro — como o consumo de drogas. O abandono acaba por arruinar as suas vidas até ao ponto de não encontrarem emprego para garantir um alojamento condigno. Por fim, acabam por se refugiar debaixo da ponte do Oriente. Pelo menos, vi duas pessoas que conheço naquela ponte. Ele

> informou-me que a sua tia o tirou de casa, e ficou na rua. Disse que saía de madrugada para a obra e só voltava à noite para dormir na ponte. Tudo isso sem conhecimento da família em Bissau. Prometeu que está a juntar dinheiro para poder arrendar um quarto e sair daquele frio intenso. (Samba, 48 anos, Educação Ambiental)

Esta situação ocorre quando o estudante vê as suas expectativas frustradas e se sente responsável pelo fracasso. Muitas vezes, esse sentimento persiste ao longo da vida, limitando a ascensão social e inviabilizando o retorno aos estudos (Corrêa & Lourenço, 2021).

Outro entrevistado reforça:

> Imagine uma pessoa que tem um sonho, e depois não consegue realizá-lo. Isso tem um impacto psicológico muito forte. (Jorge, 33 anos, Ciências Ambientais)

Os danos psicológicos podem ser ainda mais profundos do que se imagina. Um declarante relatou o sofrimento após a desistência:

> Eu sentia-me muito inferior. Até agora sinto-me inferior, porque eu cresci com o grupo das pessoas, com o grupo dos amigos que todos tinham o objetivo de ser formados. Então, uns conseguiram. Eu sou um que ainda não está a conseguir. Isso está a afetar-me muito psicologicamente, e está-me a consumir. Isto foi tipo um pânico nas alturas em que deixei a faculdade. Era um pânico que estava dentro de mim. Qualquer coisa me irritava muito. Eu irritava-me. Qualquer coisinha de nada era motivo para eu ficar logo com raiva, por não conseguir atingir o objetivo. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

A declaração de Elsa revela igualmente um estado emocional fragilizado:

> A pessoa fica com esse trauma. Fica com isso o tempo todo na cabeça. Vira e mexe, lembra disso: "Ah, talvez se eu tivesse um apoio, ou se eu tivesse conseguido aquilo, teria-me formado." A pessoa fica com o sentimento de culpa, por não ter concluído o curso e não ter conseguido o objetivo. (Elsa, 32 anos, Direito)

Outro participante corrobora:

> Isso acaba por afetá-lo psicologicamente e também na sua vida. É constrangedor para qualquer pessoa. Isso acaba por ter um impacto significativo na vida da pessoa. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

O insucesso académico fragiliza o estado emocional do estudante e pode precipitar o abandono, conforme refere Anselmo:

> O insucesso também tem levado os estudantes a desistirem do curso. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

Mudança ou adiamento de objetivos profissionais e pessoais

O abandono acarreta consequências indesejáveis que alteram drasticamente a vida do estudante, tanto no plano pessoal quanto no profissional. Dos participantes, extraímos diversas

compreensões e experiências relativas a esta categoria. As declarações do entrevistado ilustram os prejuízos sofridos:

> Acabei por perder essa oportunidade por não ter concluído o mestrado. O meu enquadramento na Função Pública só será possível se obtiver o diploma de mestrado. Mudou. Porque este ano eu previa voltar para a Guiné com a graduação de mestrado. Com certeza não vou conseguir voltar. Então, tudo ficou adiado. (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental)

À semelhança do discurso anterior, outro participante demonstra como o abandono afetou os seus planos futuros:

> Influenciou muito os meus planos pessoais. Porque era para fazer o mestrado, obter o diploma, voltar para o meu país e tentar aplicar os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento da educação local. (Suleimane, 45 anos, Administração Educacional e Regulação da Educação)

Aminata, na sua explanação, evidenciou igualmente a alteração resultante da desistência:

> Mudou, sim. O meu objetivo era formar-me e voltar ao meu país para dar o meu contributo na área do turismo. Agora que abandonei, não posso dar o contributo que pensava dar. Eu estraguei os meus planos. (Aminata, 29 anos, Gestão Turística)

Questionada se o abandono modificara os seus objetivos, Elsa afirmou:

> Sim, mexeu muito. Porque o plano não era este. O plano era entrar na faculdade naquele ano, e depois de 3 ou 4 anos sair com a licenciatura. Depois, correr atrás para conseguir a carteira de advogada e tudo. O plano era, em 5, 6 ou 7 anos, ter a carteira de advogada. Agora, isso vai exigir mais tempo, por ter desistido. (Elsa, 32 anos, Direito)

O abandono desestrutura as expectativas do estudante e transforma aspirações em frustração. Ao abordar o impacto desse fenómeno, um entrevistado declarou:

> Influenciou muito. Alterou os meus planos em 100%. Os meus planos eram estudar, concluir o curso e voltar ao meu país. (Samba, 48 anos, Educação Ambiental)

Limitação no acesso aos empregos qualificados

O abandono repercute-se simultaneamente na vida académica e profissional. Estudantes guineenses que não concluíram os seus cursos enfrentam enormes dificuldades para aceder a empregos qualificados. Um entrevistado afirma:

> O impacto não é só na vida escolar, mas também no trabalho. A pessoa fica com conhecimento limitado, devido à falta de formação. Isso dificulta conseguir um emprego desejado. Acaba por se inclinar para trabalhos menos qualificados, que não aceitaria se tivesse um diploma. (João, 41 anos, Antropologia)

Santos et al. (2022) salientam que indivíduos com formação superior tendem a obter empregos de maior qualificação e melhor remuneração, ao contrário daqueles sem diploma, que enfrentam barreiras significativas.

A ausência do diploma conduz à precarização laboral. Conforme narra Ivandro:

> Muitos têm que aceitar trabalhos inapropriados, que é para poder pagar as contas e sobreviver — porque não estão a viver, estão a sobreviver. Hoje em dia, qualquer sítio onde tu chegas pedem um certificado, e a pessoa tem que ser capacitada para isso. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Outro entrevistado reforça:

> O abandono tem impacto em todas as áreas. O abandono impede a pessoa de arranjar um emprego condizente com a sua categoria. (Suleimane, 45 anos, Administração Educacional e Regulação da Educação)

Anselmo detalha os entraves burocráticos que obstruem o acesso ao mercado formal:

> Quando chega um estudante, já conta com uma dívida de propinas, sobretudo os com estatuto de estudante internacional, que atrasam devido à obtenção tardia do visto. Com essa dívida, não pode ter o código de acesso às plataformas digitais da universidade para poder assistir às aulas. Não pode ter acesso à declaração, um dos documentos que a Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA) exige para ter o seu título de residência. Não tendo o título, nenhuma empresa irá contratá-lo. Se não trabalha, não terá dinheiro; e se não tem dinheiro para pagar, acaba por desistir. Com a falta de documentos, acabam por refugiar-se em fazer uns trabalhos clandestinos que não recompensam ou pagam um salário mínimo para, de facto, poder sustentar as suas despesas. No fundo, são essas as razões principais que levam os estudantes guineenses a desistirem dos seus cursos. (Anselmo, Assoc. EG em Lisboa)

De modo geral, o abandono proporciona fraca qualificação académica, dificuldades de inserção profissional e baixos salários, elementos que afetam a qualidade de vida e limitam o acesso a informação e a oportunidades (Santana et al., 2023).

Necessidade de recorrer a cursos profissionais como alternativa

Face às limitações de acesso a empregos qualificados, muitos estudantes guineenses — desistentes ou ainda em atividade — recorrem a formações técnico-profissionais para garantir meios de subsistência. Um participante explica:

> Ao abandonar os estudos, leva com que alguém tenha certas limitações em encontrar um emprego. Em vez de seguir um emprego que tanto desejava, tem que recorrer a uma formação básica (técnico/profissional) para poder conseguir um emprego razoável. Muitas das vezes com baixo salário que não cobre as suas despesas. (Samba, 48 anos, Educação Ambiental)

Outro entrevistado acrescenta:

> Tive que tirar um curso técnico de Instalações Elétricas e de Vigilante na Segurança Privada (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração).

Sugestões para evitar o abandono

Acompanhamento institucional/governamental

O abandono é um fenómeno bastante presente no ensino superior português. O seu impacto atinge não apenas os estudantes, mas também todos os demais intervenientes do sistema educacional. As suas causas são diversas, variando conforme o tempo e as circunstâncias em que o fenómeno ocorre.

No entanto, como relatado, as causas mais frequentemente relatadas pelos participantes estão associadas a barreiras económicas e financeiras, académicas, burocráticas, de integração sociocultural e questões linguísticas, entre outras. De modo geral, estes obstáculos são os que propiciam o abandono dos Estudantes Guineenses no Ensino Superior em Portugal.

Apesar do seu impacto significativo, um elevado número de EG não consegue concluir o ES; porém, alguns, graças à sua resiliência, finalizam os cursos e prosseguem na concretização dos seus projetos.

Nesta sequência, sobressai no discurso da maioria dos participantes a necessidade de intervenções governamentais e institucionais que possam servir como soluções para evitar as desistências dos EG no ES em Portugal. Um deles declara o seguinte:

> O governo da Guiné-Bissau deveria acompanhar melhor os estudantes guineenses no exterior. Poderia criar um plano de investimento ou estabelecer uma parceria com o governo português para assumir parte dos custos das propinas. O Estado guineense deve estudar as causas das desistências. Muitos estudantes vêm com grandes expectativas e acabam por não concluir os estudos. Conhecer essas razões permitiria ao governo negociar melhores condições para os estudantes em Portugal. O governo também deveria agilizar os mecanismos de emissão de vistos na embaixada portuguesa em Bissau. Muitas vezes, os estudantes chegam a Portugal com muito atraso, o que também contribui para a desistência. (Jorge, 33 Anos, Ciências Ambientais)

Além disso, o apoio financeiro das universidades aos EG é quase inexistente. Assim, há quem defenda a necessidade de que as bolsas de regime especial, disponibilizadas pelo governo português, sejam atribuídas de forma mais justa, priorizando os estudantes mais carenciados:

> Não recebi nenhum apoio da universidade. Fui perguntar alguma vez se podia candidatar-me para a bolsa da CPLP, mas disseram-me que não tinha reunido alguns requisitos. Acho que as autoridades guineenses devem engajar-se nisso, em como poder colocar bolsas de regime

> especial — que beneficiam junto das autoridades portuguesas — ao dispor dos estudantes que mais precisam. (Marcos, 31 anos, Engenharia Ambiental)

Uma das entrevistadas considera que o abandono está relacionado à ausência de apoio institucional:

> Na minha opinião, tem a ver com a falta de apoio. Quando um estudante chega aqui, depara-se com o pagamento das propinas. Além das propinas, tem livros. (Elsa, 32 anos, Direito)

Para muitos entrevistados, os estudantes guineenses necessitam de apoio residencial, acompanhamento académico e criação de subsídios, como relatou João:

> Acho que as autoridades portuguesas e guineenses – esta última através da nossa embaixada – deveriam encontrar mecanismos para resolver o problema do abandono. Isso passa por identificar os que têm dificuldades, oferecer apoio de residência, dar suporte académico, orientação e criar subsídios. (João, 41 anos, Antropologia)

Na mesma linha de raciocínio, Ivandro menciona a necessidade de atribuição de residências, bolsas de estudo e apoio em equipamentos informáticos, acrescentando ainda a importância da criação de universidades na Guiné-Bissau:

> O Estado da Guiné deve garantir residência para os estudantes guineenses, apoio alimentar, subsídios para comprar livros, fazer cópias, criar biblioteca dentro da residência, entregar computadores aos estudantes para poderem estudar como deve ser e acompanhar o percurso desses estudantes. Criar universidades em Bissau, capacitar professores cá em Portugal e mandá-los voltar para a Guiné, para poderem formar os jovens estudantes. (Ivandro, 32 anos, Contabilidade e Administração)

Num outro testemunho, destacou-se a importância do apoio do governo guineense através da sua embaixada em Portugal:

> Acho que o Estado, através da Embaixada da Guiné-Bissau aqui em Portugal, junto com as universidades, através dos gabinetes de ação social, devia colaborar para fazer acompanhamento dos estudantes guineenses que aqui se encontram com dificuldades. A Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal deve fazer um acompanhamento, um levantamento, para identificar os que mais precisam e apoiar na procura de uma residência mais acessível. (Filipe, 38 anos, Contabilidade e Fiscalidade)

A título de exemplo, Anselmo, dirigente da organização estudantil em Lisboa, refere-se às condições existentes no Instituto Politécnico de Beja:

> No Instituto Politécnico de Beja, criaram condições: oferecem residências gratuitas no âmbito da bolsa, oferecem materiais e roupas. O aluno pode não pagar propina durante um ano letivo. Só que, ao iniciar o ano seguinte, tem que liquidar a dívida. (Anselmo, Assoc, EG em Lisboa)

Relativamente ao apoio institucional, uma participante relatou ter recebido auxílio:

> A universidade tinha uma equipa que fazia acompanhamento trimestral para se inteirar das nossas dificuldades. Isso foi bom para mim. (Sirem, 28 anos, Serviços Sociais)

5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados alcançados nesta investigação, por meio das entrevistas semiestruturadas, permitem romper as barreiras que ocultavam os motivos do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. Um importante contributo para a literatura foi, ainda, a compreensão das causas e consequências do abandono para estes estudantes, aspetos que foram objeto de poucos estudos prévios. Este capítulo proporciona uma análise atenta e crítica dos dados encontrados, dando luz às percepções dos participantes. A interpretação conduzida nesta seção constitui um exercício racional que se articula diretamente aos objetivos da pesquisa. Procede-se, ainda, a uma observação crítica da revisão da literatura, em confronto com os dados obtidos junto dos participantes, com o propósito de compreender, as causas e as consequências do abandono. Nesta seção, a narrativa está organizada pelas seguintes categorias: motivos para a escolha de Portugal; causas do abandono; consequências do abandono. No final, serão discutidas as implicações práticas e políticas deste fenómeno.

Relativamente ***aos motivos que levam os estudantes guineenses a escolherem Portugal*** como destino para prosseguir a carreira académica, esta escolha envolve uma dinâmica que toca nos sentimentos e nas aspirações de cada estudante. Nesse sentido, é necessário aprofundar-se nas percepções para identificar respostas fundamentadas nos sonhos e expectativas dos participantes.

Os dados recolhidos indicam que as principais razões que levam os estudantes guineenses a escolherem Portugal estão fortemente relacionadas com fatores linguísticos, relações diplomáticas e históricas, presença familiar, ausência de programas de mestrado em Bissau e similitude cultural. Sendo a língua oficial dos dois países o português, a existência de uma rede familiar de imigrantes e a qualidade dos docentes constituem determinantes na decisão de estudar em Portugal.

Para os estudantes, prosseguir os estudos num país que compartilha o mesmo idioma representa uma economia de tempo e esforço, ao contrário de estudar em um idioma diferente, o que exigiria anos para dominar a língua e se adaptar. Além disso, a presença de familiares pode servir como elemento motivador e facilitar o processo de adaptação. A falta de programas de mestrado na Guiné-Bissau motiva milhares de estudantes a buscar oportunidades em Portugal; se essa situação fosse resolvida, poderia não apenas reduzir o fluxo migratório, mas também minimizar o abandono dos estudantes guineenses.

Semedo (2010) corrobora a visão dos participantes, destacando que a escassez de universidades nos países dos PALOP tem motivado mudanças nas políticas externas de Portugal. Para auxiliar as ex-colônias a superar a crise de infraestruturas universitárias, foram assinados acordos de cooperação no âmbito do ensino superior. Segundo o autor, essas ações foram determinantes para o aumento da corrente migratória de jovens estudantes, em particular dos guineenses.

Além das motivações apresentadas, emergem outras relacionadas aos acordos de cooperação entre os dois países no domínio da educação, que criam oportunidades e facilitam o ingresso nas universidades portuguesas. Esses acordos incluem a atribuição de bolsas de estudo de regime especial concedidas pelo governo e por instituições (Jardim, 2013; de Sousa Lima, 2018). Outro fator central é o reconhecimento da qualidade das instituições de ensino superior portuguesas e o prestígio de seus diplomas no mercado de trabalho, tanto nacional quanto internacional. Tais atributos proporcionam aos estudantes guineenses oportunidades de emprego, tanto no país de origem quanto em outros contextos internacionais (Doutor, 2024).

Mesmo com uma escolha acertada, as expectativas iniciais frequentemente não correspondem à realidade vivenciada. Os obstáculos enfrentados são significativos e motivam o abandono de muitos estudantes.

Pode-se perceber semelhanças em relação aos acordos firmados entre Portugal e outros países africanos de expressão portuguesa. Os dados coletados evidenciam que a política externa de Portugal, no campo da educação superior, tem influenciado de maneira significativa a corrente migratória de estudantes dos países PALOP, particularmente da Guiné-Bissau, para universidades portuguesas.

No entanto, os resultados desta investigação pouco mencionam, se é que mencionam, a qualidade do ensino superior português e as bolsas atribuídas pelo governo guineense, sobretudo as de regime especial, embora a literatura consultada indique que estes fatores têm sido motivadores relevantes na escolha de Portugal pelos estudantes guineenses.

No que diz respeito às ***causas do abandono*** dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal, os fatores identificados pelos participantes são múltiplos, e seu impacto condiciona o percurso académico desses estudantes. Os resultados evidenciam as barreiras económicas, socioculturais e académicas como as mais recorrentes, corroborando outros estudos, como por exemplo de Benavente et al. (1994) que reconhecem inúmeras razões que

originam o abandono no ensino superior, destacando fatores económicos, sociais e familiares. A situação financeira é frequentemente apontada como a principal causa. Essa abordagem é reforçada por Rocha et al. (2014), que assinalam a dificuldade financeira e a falta de apoio familiar como motivações determinantes. No caso concreto dos estudantes guineenses, o custo de vida em Portugal é elevado quando comparado ao da Guiné-Bissau, como este estudo mostrou.

Os estudantes enfrentam barreiras económicas logo à chegada em Portugal, muitas vezes devido a dívidas acumuladas. Os apoios familiares que recebem nem sempre são suficientes para superar as crises vivenciadas. Tal contexto mostra o distanciamento das instituições e do governo em relação aos estudantes guineenses. Outro fator preocupante que prejudica a vida académica do estudante é a redução do número de bolsas atribuídas. É consensual a importância das bolsas de estudo, pois aliviam os encargos financeiros (Araújo, 2018). Embora a literatura destaque o baixo número de bolsas atribuídas e o aumento das retenções como fatores subjacentes a muitas desistências, os dados coletados nesta pesquisa não indiquem essas causas explicitamente.

As barreiras socioculturais são multifacetadas. Para começar, as dificuldades linguísticas agravam a situação, pois criam obstáculos na compreensão da matéria e no acompanhamento das aulas. A estas dimensões somam-se dificuldades de relacionamento e um complexo de inferioridade. Os estudantes recém-chegados sentem-se isolados em relação aos colegas, o que provoca crises psicológicas. Os dados também revelam sinais de racismo entre estudantes, além das dificuldades materiais e da ausência de políticas públicas em benefício dos estudantes.

Na vertente social, destacam-se a solidão e as saudades da família, que afetam profundamente a vida académica dos estudantes. Essa vivência gera desmotivação, impacta psicologicamente o estudante e pode levar ao abandono do curso. Trata-se de uma dimensão relevante, dadas suas repercussões na vida académica e na integração social.

Benavente et al. (1994) apontam que as dificuldades sociais e familiares estão relacionadas com a adaptação à cultura e à vida social, bem como à escassa ajuda ou ausência da família. Essa abordagem corresponde com os dados apresentados, que revelam isolamento, racismo e um ambiente social desfavorável. Relativamente às barreiras académicas, os estudantes guineenses chegam a Portugal com baixo nível de aproveitamento, associado à

diferença curricular e as dificuldades linguísticas. Tais obstáculos criam enormes problemas na compreensão da matéria e na assimilação dos conteúdos, colaborando para o fraco desempenho académico.

Coimbra e Fernando (2013) apontam as sucessivas retenções como uma das razões que podem estar relacionadas com o abandono. Considerando que as constantes reprovações durante os estudos universitários podem motivar a desistência no meio do percurso, tais fatores tornam-se críticos. Embora a literatura destaque o aumento das retenções como fator subjacente ao abandono, os dados coletados nesta pesquisa não indicam explicitamente essa causa. No entanto, tanto os dados quanto a literatura são unânimes em reconhecer que as condições académicas interagem diretamente com fatores financeiros, sociais, profissionais e familiares. Este estudo revelou igualmente ***as consequências e o impacto do abandono*** na vida académica, profissional e pessoal dos estudantes. O abandono é um fenómeno de elevada gravidade que tem sido implacável em obstaculizar a sociedade académica. Geralmente, seus efeitos na vida académica, profissional e pessoal sentem-se a médio e longo prazo. No contexto académico, acredita-se que o abandono pode levar ao desperdício de capital académico e de recurso humano, comprometer a reintegração nas instituições portuguesas e manchar a identidade dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal.

Segundo Corrêa e Loureiro (2021), o abandono tem repercussões incalculáveis na vida futura do estudante. A ausência do diploma de ensino superior reduz as oportunidades de emprego, cada vez mais exigentes no mercado de trabalho. Essa situação afeta psicologicamente o estudante, gerando sentimento de culpa por não ter concluído o curso. A frustração pode dominar sua mente e provocar isolamento social.

No plano individual, o abandono impacta negativamente a vida do estudante e de sua família (Matias, 2013). Considerando que o estudante representa a esperança da família, no contexto guineense, onde as famílias frequentemente enfrentam carências, tudo o que envolve o estudante repercute diretamente nos familiares.

No âmbito pessoal, os achados indicam que a interrupção do curso pode resultar em trauma psicológico para o aluno, fazendo com que o indivíduo se sinta desvalorizado perante a sociedade e com a sensação de que seu percurso académico está perdido. No plano profissional, muitos inquiridos revelam os obstáculos enfrentados para aceder a empregos qualificados, dada a exigência crescente do mercado de trabalho e a competitividade mundial.

As consequências deste fenómeno são múltiplas e devastadoras para o indivíduo. Seu impacto abala o psicológico do estudante ao longo da vida, limitando sua capacidade de exercer funções sociais. O abandono representa também um desperdício de capital intelectual para o país. Tanto Portugal quanto a Guiné-Bissau são prejudicados pelas desistências prematuras, já que economias e mercados globais são cada vez mais exigentes e competitivos. A perda de quadros qualificados compromete o desenvolvimento sustentável de ambos os países.

Os dados confirmam e ampliam a ideia de que o sucesso ou insucesso no mercado de trabalho depende, em grande parte, do desempenho académico. O impacto do abandono compromete não apenas o sistema educacional, o desenvolvimento do capital humano e o progresso sustentável do país, mas também acarreta prejuízos notáveis à economia nacional (Rocha et al., 2014).

Os problemas associados a este fenómeno têm dimensões tão amplas que o Estado também sai prejudicado, devido ao investimento realizado no estudante. A baixa qualificação compromete a sociedade e o país, considerando a competitividade global (Gabriel, 2022).

Por outro lado, algumas discrepâncias podem estar relacionadas com a situação sociopolítica da Guiné-Bissau, com a diferença de qualidade entre os sistemas educativos dos dois países, a insuficiência no acompanhamento das universidades portuguesas e a ausência de uma política consistente e sólida por parte do governo guineense.

Implicações práticas e políticas

Esta investigação permitiu aprofundar e explorar as percepções e experiências dos inquiridos no que concerne os fatores económicos, socioculturais e académicos que levam ao abandono, assim como as suas consequências. O estudo destaca aspetos pouco abordados em investigações anteriores, sobretudo no que diz respeito à vida académica dos estudantes guineenses, e poderá contribuir para a elaboração de políticas eficientes que minimizem as dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Embora o Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março, tenha sido considerado um instrumento fundamental para o ingresso de estudantes nas instituições universitárias portuguesas, permitindo propinas diferenciadas, os dados indicam que essas propinas elevadas

podem estar na base da desistência de alguns estudantes que já enfrentam dificuldades financeiras decorrentes do já alto custo de vida em Portugal.

Além disso, a discriminação nas universidades portuguesas é uma realidade já reportada anteriormente (Valadas & Fragoso, 2024). Os resultados desta investigação destacam a existência de discriminação racial, sobretudo na formação de grupos de trabalho, nos quais os estudantes estrangeiros são frequentemente isolados. Os docentes não intervêm para corrigir essa situação, o que afeta a integração social e o desempenho académico dos estudantes. Os trabalhos em grupo são atividades pedagógicas essenciais para o desenvolvimento académico, socialização e promoção da equidade. Perante estas falhas institucionais, destacam-se várias implicações para as instituições de ensino superior. Uma vez que os dados evidenciam que inúmeros estudantes enfrentam dificuldades substantivas ao longo da sua trajetória académica em Portugal, sobretudo no que concerne aos processos de adaptação cultural e académica, recomenda-se que as universidades desenvolvam programas de acompanhamento e orientação para recém-chegados, ofereçam aulas de aprofundamento da língua portuguesa, especialmente no domínio da linguagem académica, nomeiem tutores capazes de apoiar os estudantes nas suas vicissitudes académicas, disponibilizem residências universitárias, realizem seminários de sensibilização dirigidos ao corpo docente sobre diversidade cultural e metodologias pedagógicas equitativas, bem como promovam aulas de informática, tendo em conta que o sistema educativo do país de origem pode não facultar tais competências. Recomenda-se, ainda, uma maior sensibilidade relativamente à realidade dos estudantes guineenses e ao esforço financeiro que estudar em Portugal implica. Isso podia traduzir-se em medidas como a redução das propinas, a criação de fundos de empréstimo e a atribuição de bolsas internas destinadas àqueles com necessidades acrescidas.

Mendes (2018) afirma que o governo, através da embaixada da Guiné-Bissau em Portugal, nunca se inteirou da situação vivida pelos estudantes guineenses no ensino superior português. Essas evidências demonstram a ausência do Estado junto ao seu povo no exterior. Assim, para o governo da Guiné-Bissau, sugere-se a realização de levantamentos regulares sobre o número de estudantes e as dificuldades enfrentadas, a ampliação da cooperação em ensino superior com Portugal para harmonizar programas curriculares e modelos de avaliação, o apoio à formação de docentes universitários em Portugal, que possam posteriormente atuar na Guiné-Bissau após a criação de universidades locais, bem como a garantia do pagamento regular de bolsas de estudo. Reconhece-se, porém, que esta investigação apresenta limitações,

nomeadamente a ausência de dados estatísticos detalhados sobre retenções e diplomados guineenses no ensino superior português, os quais poderiam corroborar de forma mais robusta as perceções dos participantes.

Para o governo português, recomenda-se o incremento do número de bolsas de estudo, a criação de linhas de apoio aos estudantes na Embaixada de Portugal em Bissau para agilizar a emissão de vistos, o desenvolvimento de programas de alojamento universitário público a custos reduzidos, assim como o apoio às associações académicas que promovem a integração social e académica dos estudantes.

CONCLUSÃO

O abandono é um problema global que preocupa e afeta todo o tecido social de um país. Suas causas são múltiplas e complexas, dependendo das características individuais dos estudantes e das circunstâncias em que o fenómeno ocorre. Os efeitos do abandono são devastadores para a sociedade e para o indivíduo, manifestando-se a curto, médio e longo prazo. Nesse contexto, é compreensível o reconhecimento global do problema e a abertura de debates e investigações para encontrar mecanismos sustentáveis que permitam elaborar medidas eficazes para mitigar seus impactos.

Este trabalho de investigação revela os fatores que estão na base de muitas desistências dos estudantes guineenses no ensino superior em Portugal. As causas do abandono são multidimensionais, resultando de barreiras socioculturais, económicas e financeiras, institucionais, políticas públicas e académicas. As perceções dos participantes indicam que alguns dos principais obstáculos no percurso académico dos estudantes guineenses incluem dificuldades na adaptação inicial, discriminação, complexo de inferioridade, desafios na integração ao sistema de ensino português, limitações financeiras, falta de apoio institucional, problemas burocráticos na emissão de vistos de estudo na embaixada de Portugal na Guiné-Bissau e propinas elevadas.

Esses fatores provocam repercussões significativas na vida pessoal, familiar e profissional dos estudantes, bem como no plano estratégico das instituições de ensino. O abandono impacta diretamente a vida académica, as finanças individuais, a saúde psicológica, a integração profissional e a vida familiar dos estudantes, comprometendo a estabilidade do sistema educacional e afetando a economia do país.

Este trabalho pode despertar o interesse de pesquisadores em aprofundar as perceções dos estudantes guineenses sobre os fatores económicos, académicos e socioculturais que influenciam o abandono. Considerando que o abandono no ensino superior português é polissémico, estes resultados oferecem evidências claras para o enriquecimento do debate sobre a internacionalização do ensino superior português.

Do ponto de vista prático, o estudo serve como orientação para futuros estudantes guineenses que pretendem cursar nas universidades em Portugal, preparando-os psicologicamente e alertando-os sobre os obstáculos que poderão enfrentar. Recomenda-se ao governo português a criação de programas de apoio aos estudantes dos PALOP, a orientação

das embaixadas para agilizar a concessão de vistos de estudo e às instituições universitárias a revisão dos preços das propinas, a promoção de ambientes livres de exclusão e discriminação, além da criação de condições de alojamento adequadas.

Sugere-se também que o governo da Guiné-Bissau elabore políticas públicas voltadas para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no ensino superior em Portugal, invista na construção de universidades públicas no país e na formação contínua de docentes universitários em Portugal ou no Brasil. É recomendável ainda promover a harmonização de programas curriculares entre os dois países, facilitando a integração académica e o sucesso dos estudantes guineenses em Portugal.

Para futuros estudantes, recomenda-se o aprimoramento em informática básica, bem como o aperfeiçoamento das línguas portuguesa e inglesa no país de origem, como forma de minimizar obstáculos futuros no percurso académico.

Finalmente, este trabalho pode abrir caminhos para futuras investigações que aprofundem as perceções e experiências de estudantes africanos, de modo geral, no ensino superior em Portugal. Aponta, ainda, para a necessidade de futuras investigações sobre a permanência e não apenas o abandono dos estudantes guineenses e de um estudo comparativo entre os estudantes dos países lusófonos. Finalmente, espera-se que este estudo contribua para a prevenção e redução do abandono dos estudantes guineenses no ensino superior português.

Referências

Albuquerque, T. (2008). Do abandono à permanência num curso de ensino superior. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 07,* 19-28.

Almeida, E. P., & Santos, M. O. (1990). *Abandono escolar*. Ministério da Educação – Gabinete de Estudos e Planeamento, Biblioteca do Centro Universitário de Lisboa.

Almeida, L., Marinho-Araujo, C. M., Amaral, A., & Dias, D. (2012). Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *17*, 899-920.

Álvares, M., & Estêvão, P. (2012). Do que falamos quando falamos de abandono escolar.*https://www.researchgate.net/publication/262258532_De_que_falamos_quando_ falamos de Abandono_Escolar_Precoce, em*, *14*(04), 2020.

Álvares, M., & Estevão, P. (2013). A medição e intervenção do abandono escolar precoce: desafios na investigação de um objeto esquivo. CIES e-Working Paper N.º 157/2013

Amaral, R. T. (2019). *O abandono do ensino superior em Portugal: uma abordagem empírica* (Master's thesis, Universidade de Lisboa).

Araújo, T. D. S. (2018). *O Abandono Escolar no Ensino Superior: Trajetos e Projetos: Uma Análise Sociológica*. Master's thesis, Universidade do Minho.

Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à escola: o abandono escolar no ensino básico*. Fim de século.

Benedetti, T. (2023). A importância da educação escolar no século XXI.

Bissau (Doctoral dissertation).

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto Editora.

Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, *2*(1), 68-80.

Bortolozzi, A. C. (2020). *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: Elaboração, aplicação e análise de conteúdo.* Pedro & João Editores.

Cá, W. (2015). *A experiência de integração escolar dos estudantes guineenses em Portugal: O caso dos estudantes do 1º ciclo no ISCTE* (Master's thesis).

Cabral, E. M., & Vieira, C. M. C. (2014). Técnicas qualitativas de produção de dados: características e processos de construção. *Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes*, *20*(1), 98-124.

Casanova, J. R. (2018). Abandono no ensino superior: Modelos teóricos, evidências empíricas e medidas de intervenção. *Educação: Teoria e Prática*, *28*(57), 05-22.

Casanova, J. R., Bernardo, A. B., & Almeida, L. S. (2021). Dificuldades na adaptação académica e intenção de abandono de estudantes do 1. º ano do Ensino Superior. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, *8*(2), 211-228.

Coimbra, B. A. M., & Fernandes, E. P. (2013). Políticas Públicas de prevenção e combate ao abandono escolar-Estudo de uma medida educativa para jovens pouco escolarizados em Portugal. In *II Conferência Internacional-Investigação e Práticas em Contextos de Educação*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais-Instituto Poítécnico de Leiria.

Corrêa, M. J. Q. P., & Loureiro, A. P. F. (2021). *Evasão escolar na educação a distância: causas e consequências*. Editora Appris.

Correia, A. M. N. G. (2011). A cooperação portuguesa e a educação. In *COOPEDU—Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação* (pp. 15-39).

Costa, A. F. D., Lopes, J. T., & Caetano, A. (2014). Percursos de estudantes no ensino superior. fatores e processos de sucesso e insucesso. *Mundos Sociais*.

Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2.ª ed., reimpr.). Coimbra: Edições Almedina.

Da Cunha, J. D. (2024). *Abandono escolar: Políticas e Práticas na Guiné-Bissau* (Tese de doutoramento, Instituto Politécnico de Castelo Branco).

Da Palma Alves, E., & Iorio, J. (2021). Da mobilidade estudantil à mobilidade social: Os estudantes angolanos, brasileiros e cabo-verdianos em Portugal. *Finisterra*, *56*(118), 221–239. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/50571/1/Alves_Iorio_2021.pdf

De Sousa Lima, L. (2018). *Estudar e Circular Entre Fronteiras (in) Transponíveis: A Mobilidade de Mulheres Cabo-Verdianas que Cursam Engenharia em Portugal* (Tese de doutoramento, Universidade do Porto).

Demo, P. (1985). *Introdução à metodologia da ciência*. Editora Atlas S.A.

Ditutala, D. M. P. A. (2015). *Abandono escolar no ensino superior: estudo de caso do instituto superior politécnico metropolitano de Angola* (Master's thesis). ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor, C. (2024). *Estudantes guineenses no ensino superior em Portugal: barreiras e recomendações*. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 32, e321848. https://doi.org/10.1590/1980-85852503880003205

Doutor, C., Marques, J. F., & Ambrósio, S. (2018). A cor da pele no Ensino Superior: Experiências de racismo no quotidiano dos estudantes provenientes dos PALOP em Portugal. *Estudantes não tradicionais no Ensino Superior*, 167-186.

Esteves, H. R. C., Dias, C. A., Santos, C. M., & Higuchi, A. K. (2021). Evasão escolar no ensino superior: uma revisão literária entre os anos de 2014 a 2020. *Research, Society and Development*, *10*(3), e21310313210-e21310313210.

Fernandes da Silva, G. C. R. (2010). O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. Universidade Federal de Amazonas. *https: www. psicologia. com. pt>*.

Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso Editora.

Freitas, W. R. S., & Jabbour, C. J. C. (2011). Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. *Revista de Administração de Empresas*, *51*(4), 349-359.

Gabriel, V. Z. M. (2022). Causas e consequências do abandono escolar. Um estudo junto dos alunos da 10ª classe do liceu Nº 142-Cabinda. Instituto Superior de Ciências da Educação/Huíla - ISCED-HUÍLA.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas.

Gomes, Z. F. (2023). *Análise do abandono escolar: caso dos alunos de Cabo Verde em Portugal* (Master's thesis, Universidade de Évora).

Guerra, E. L. D. A. (2014). Manual de pesquisa qualitativa. *Belo Horizonte: Grupo Anima Educação*.

Jardim, B. R. D. (2013). *Estudantes PALOP no Ensino Superior Português-das Necessidades Sentidas aos Apoios Prestados.* Master's thesis, Universidade de Lisboa.

Lourenço, A. R. M. (2013). *Motivações na origem do abandono escolar–estudo de caso com jovens sinalizados na CPCJ de Castelo Branco*. Master's thesis, Instituto Politecnico de Castelo Branco.

Matias, C. M. C. (2013). *Abandono Escolar no 3º Ciclo do Ensino Superior ISCTE-IUL: Estudo de Caso.* Master's thesis, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa.

Mendes, D. (2018). *A função recursos humanos na administração pública da Guiné-Bissau: o caso estudantes bolseiros da Guiné-Bissau em Portugal* (Doctoral dissertation).

Moreira, S. B. (2005). A cooperação portuguesa para o desenvolvimento. *Anuário da Economia Portuguesa*, 122-126.

Neves, C. E. B. (2007). Desafios da educação superior. *Sociologias*, 14-21.

Prodanov, C. C., & De Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale.

Quivy, R., Van Campenhoudt, L., & Santos, R. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. Universidade Nova de Lisboa.

Rocha, M., Ferreira, A., Moreira, A. P., & Gomes, T. F. (2014). Redução do abandono escolar precoce-uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções. *RH*, *50*, 16.

Ruivo, J. (2017). Escola: Uma tribo global. *Cultura*, *1*, 37-98.

Russo, R. D. F. S. M., & da Silva, L. F. (2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *Gestão e Projetos: GeP*, *10*(1), 1-6.

Sá, C., Sin, C., Pereira, F., Aguiar, J., & Tavares, O. (2021). Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior. *Edulog. Fundação Belmiro de Azevedo. Retirado de https://www. edulog. pt/storage/app/uploads/public/61a/52b/c82/61a52bc82dc22884838784. pdf*.

Santana, A. I. R., Amazonas, P. N. C., Agostinho, R. A. C., & Cruz, J. A. S. (2023). Factores que influenciam o abandono escolar na província do Cuanza norte. *International Journal of Education, Health & Environment/Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*, *6*(1). https://doi.org/10.37334/riesa.v6i1.65

Santos, C. B., Rocha, F. S. J., & Alves, L. F. B. (2022). Evasão escolar: causas e consequências. In *OPEN SCIENCE RESEARCH IV* (Vol. 4, pp. 743-751). Editora Científica Digital.

Semedo, M. D. A. L. (2010). *Emoções mistas: integração social e académica dos alunos provenientes dos PALOP* (Master's thesis).

Silva, A. F. R. D. (2024). Estudantes guineenses em Portugal: uma análise sobre a evasão no ensino superior (2014-2023).

Silva, N. H. G. (2015). *O Abandono no Ensino Superior: um estudo exploratório*. Master's thesis, Universidade do Minho.

Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. *Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44*.

Soares, T. M. (2010). Determinantes do abandono do ensino médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais. *Relatório de Pesquisa sobre abandono escolar. Fase quantitativa. Linha de pesquisa*, *2*.

Tavares, O., Sin, C., & Amaral, A. (2024). Sucesso académico no ensino superior: políticas e práticas. ADIPSIEDUC. https://adipsieduc.pt/wp-content/uploads/2024/10/LivroSucessoAcademico-Adipsieduc2024-1.pdf

Tavares, O., Sin, C., Cardoso, S., Pires, C., Correia, C., & Mata, L. (2023). Skills 4 Pós-COVID – Competências para o futuro no Ensino Superior. Centro Universitário de Porto da Universidade Lusófona.

Thomas, D. R. (2003). *A general inductive approach for qualitative data analysis*. School of Population Health, University of Auckland.

Tribunal de Contas. (2020). Auditoria ao Abandono Escolar Precoce. (*Relatório*, n.º *10*, 2020).

Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas.

Valadas, S. T., & Fragoso, A. (2024). Dos "Novos públicos" às "Múltiplas minorias" no Ensino Superior: entre a estabilidade e a mudança?. ADIPSIEDUC.

LEGISLAÇÃO

Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (2014). *Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março*. Diário da República, 1ª série, nº 48, p. 1245-1276. https://dre.pt/

República Portuguesa. (1978). *Decreto n.º 38/1978: Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau*. Diário da República, I Série, 11 de fevereiro de 1978. Disponível em https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dec38-1978.pdf

Anexo 1 – Guião da Entrevista Semiestruturada

I. Perfil do entrevistado

1. Pode falar um pouco sobre o seu percurso até entrar no ensino superior em Portugal?

2. Por que escolheu este curso e esta instituição para estudar em Portugal?

II. Motivos para escolher Portugal

3. O que o levou a escolher Portugal como país para continuar os estudos?

III. Causas do abandono

4. Durante o seu tempo na universidade em Portugal, que dificuldades enfrentou nos estudos ou na vida pessoal?

5. A universidade ofereceu algum tipo de ajuda, como bolsa, apoio psicológico ou orientação? Isso foi útil para si?

6. Alguma vez pensou em desistir do curso? O que o levou a pensar nisso?

7. Na sua opinião, por que razão muitos estudantes guineenses acabam por abandonar o ensino superior em Portugal?

As secções IV e V aplicam-se apenas aos estudantes que abandonaram o curso.

IV. Consequências do abandono

8. O que acontece com os estudantes depois de abandonarem o curso? Como isso afeta as suas vidas?

9. Acha que abandonar os estudos tem impacto só na vida escolar ou também em outras áreas, como no trabalho ou na vida pessoal?

V. Efeitos do abandono

10. Se já abandonou o curso, como isso influenciou os seus planos pessoais e profissionais?

11. O abandono mudou os seus objetivos para o futuro? De que forma?

12. O que acha que poderia ser feito para ajudar os estudantes guineenses a não desistirem da universidade?

VI. Para Representante de Associação Acadêmica dos Estudantes Guineenses

13. A partir da sua experiência na associação, quais são as principais dificuldades que os estudantes guineenses relatam?

14. A associação já acompanhou casos de estudantes que abandonaram o curso? O que motivou essas desistências?

15. Que tipo de apoio a associação tem oferecido para evitar o abandono escolar?

16. Quais medidas acha que as universidades ou o governo português poderiam tomar para apoiar melhor os estudantes guineenses?